

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das
notícias sobre as mudanças climáticas**

Ana Paula Zaguetto Alves

Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestre em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2011**

Ana Paula Zaguetto Alves
Bacharel em Imagem e Som

O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica das notícias sobre as mudanças climáticas

Orientador:
Prof. Dr. **ADALMIR LEONÍDIO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Alves, Ana Paula Zaguetto

O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre as mudanças climáticas / Ana Paula Zaguetto Alves. - - Piracicaba, 2011.
98 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2011.

1. Crítica jornalística 2. Desenvolvimento sustentável 3. Meio ambiente 4. Mudança climática 5. Políticas públicas 6. Televisão I. Título

CDD 551.69
A474e

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

Em memória de minha tia Márcia e meu vô Antônio,
que continuam vivos em meu coração

A meus pais, cujos exemplos de luta contra as
injustiças sociais me conduziram até aqui

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Adalmir Leonídio, pelo acolhimento e pela fundamental colaboração na organização e discussão das idéias presentes nessa pesquisa.

Aos professores Leonel Aguiar e Paulo Moruzzi, pelas conversas que contribuíram para o desenvolvimento do meu pensamento científico.

Ao professor Eugênio Bucci, pela disciplina que ampliou meu entendimento sobre os meios de comunicação de massa.

À minha grande família, por seu constante apoio em toda a minha caminhada no mundo acadêmico. Agradeço em especial os primos Caio e Mari, por me receberem em Piracicaba.

Aos meus amigos, minha segunda família, por toda sua ajuda e apoio emocional durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas do Programa de Ecologia Aplicada, pelas discussões e apoio que contribuíram para a conclusão da pesquisa.

Aos funcionários da USP, em especial a secretária do programa, Mara Cazzarin, e Silvio Bacheta, pelo sempre prestativo serviço de empréstimos de livros de outras bibliotecas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo financiamento dessa pesquisa.

E às montanhas, por todo aprendizado que me proporcionam.

*O ME! O life! Of the question of these recurring,
Of the endless trains of the faithless, of cities fill'd with the foolish,
Of myself forever reproaching myself, (for who more foolish than I,
and who more faithless?)
Of eyes that vainly crave the light, of the objects mean,
of the struggle ever renew'd,
Of the poor results of all, of the plodding and sordid crowds I see around me,
Of the empty and useless years of the rest, with the rest me intertwined,
The question, O me! so sad, recurring—What good amid these, O me, O life?*

*Answer:
That you are here—that life exists, and identity,
That the powerful play goes on, and you may contribute a verse.*

Walt Whitman

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A TEORIA SOCIAL DE FAIRCLOUGH.....	17
3 A QUESTÃO AMBIENTAL.....	27
3.1 Do progresso ao desenvolvimento sustentável.....	27
3.2 As mudanças climáticas.....	39
4 A TELEVISÃO.....	49
4.1 Televisão e esfera pública.....	49
4.2 A televisão no Brasil.....	57
5 AS NOTÍCIAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	63
5.1 Análise das notícias.....	66
5.2 Outras considerações sobre as notícias.....	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95

RESUMO

O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre as mudanças climáticas

As mudanças climáticas são, no momento, uma das questões ambientais que mais recebe atenção no debate científico, econômico e político. Os estudos sobre esse fenômeno apontam que a ação humana está interferindo no clima ao aumentar a concentração dos gases de efeito estufa, principalmente o gás carbônico. Os relatórios produzidos pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, o IPCC, são a principal referência para o entendimento das mudanças climáticas, suas possíveis consequências e as opções para adaptação e mitigação. No entanto, as soluções apontadas pelos relatórios – desenvolvimento de tecnologia e mecanismos de mercado – referem-se aos mesmos fatores que causam a crise ambiental, dando continuidade ao mesmo modelo de desenvolvimento econômico. A incorporação da questão ambiental à política e à economia resultou na eliminação das contradições que existem entre equilíbrio ambiental e capitalismo. Segundo a Teoria Social do Discurso, o discurso está presente em todas as dimensões da vida social, contribuindo para a constituição das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crenças; é uma prática de representação e significação do mundo. O discurso possui diversas orientações e uma delas é a orientação ideológica: o discurso como meio de reproduzir e naturalizar ideologias. As ideologias são construções e representações de mundo que contribuem para a reprodução e a transformação das relações de dominação. O discurso do desenvolvimento sustentável tem a função de legitimar o desenvolvimento econômico perante a crise ambiental, afirmando que esse pode internalizar as condições de sustentabilidade ecológica e social. O principal fórum de legitimação dos problemas ambientais são os meios de comunicação de massa, que – sendo parte e parcela do desenvolvimento das sociedades capitalistas, e, portanto, identificados com seus valores – reproduzem o discurso do desenvolvimento sustentável. O discurso das notícias sobre as mudanças climáticas legitimam as medidas apontadas pelo IPCC como a solução para o problema. As notícias também constroem um discurso centrado no medo, baseado na ameaça de catástrofes naturais, que suscita na sociedade a preocupação sobre o problema. Mas ao mesmo tempo a solução é apresentada: mais tecnologia e mais mecanismos de mercado, legitimando a continuidade do mesmo modelo de desenvolvimento que causa a crise ambiental.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Ambientalismo; Análise crítica do discurso; Televisão; Esfera pública

ABSTRACT

The Jornal Nacional and the environmental crisis: a critical discourse analysis of news about climate change

Climate change is at present one of the environmental issues that receive more attention in scientific, economic and political debate. Studies about this phenomenon suggest that human action is interfering with the climate by increasing the concentration of greenhouse gases, mainly carbon dioxide. The reports produced by the Intergovernmental Panel on Climate Change, the IPCC, are the main reference for the understanding of climate change, its possible consequences and options for adaptation and mitigation. However, the solutions suggested by these reports - the development of technology and market mechanisms - refer to the same factors that cause the environmental crisis, continuing the same economic development model. The incorporation of environmental issues to politics and to the economy resulted in the elimination of the existing contradictions between capitalism and environmental balance. According to the Social Theory of Discourse, discourse is present in all dimensions of social life, contributing to the formation of social identities, social relations and systems of knowledge and beliefs; it is a practice of world meaning and world representation. The discourse has different guidelines. One of them is the ideological orientation: the discourse as a means of reproducing and naturalizing ideologies. Ideologies are constructions and representations of the world which contribute to the reproduction and transformation of relations of domination. The sustainable development discourse serves to legitimize the economic development before the environmental crisis, by saying it can internalize the conditions of ecological and social sustainability. The main forum for legitimizing environmental problems are the means of mass communication, which - being part and parcel of the development of capitalist societies, and therefore identified with their values - reproduce the discourse of sustainable development. The discourse of news about climate change legitimize the measures identified by the IPCC as the solution to the problem. The news also build a discourse centered on fear, based on the threat of natural disasters, raising society concern about the problem. But at the same time the solution is presented: more technology and more market mechanisms to legitimize the continuation of the same model of development that cause the environmental crisis.

Keywords: Climate change; Environmentalism; Critical discourse analysis; Television; Public sphere

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas são, no momento, uma das questões ambientais que mais recebe atenção no debate científico, econômico e político. Os estudos sobre esse fenômeno apontam que a ação humana está interferindo no clima ao aumentar a concentração dos gases de efeito estufa, principalmente o gás carbônico, através da queima de combustíveis fósseis, a partir do século XIX, com o advento da era industrial. Os relatórios produzidos pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, o IPCC, são a principal referência para o entendimento das mudanças climáticas, suas possíveis conseqüências e as opções para adaptação e mitigação. No entanto, as soluções apontadas pelos relatórios do IPCC – desenvolvimento de tecnologia e mecanismos de mercado – referem-se aos mesmos fatores que causam a crise ambiental, dando continuidade ao mesmo modelo de desenvolvimento econômico.

Nosso entendimento é de que a crise ambiental representa uma possibilidade de repensarmos a organização da sociedade. Não só no sentido ambiental – da nossa relação com a natureza – mas também em um sentido mais amplo, abrangendo questões sociais e culturais. Nossa sociedade é organizada segundo a lógica totalitária do capitalismo, que se sobrepõe a questões políticas, culturais e subjetivas para garantir o processo de acumulação do capital, perpetuando relações de exploração que geram pobreza e violência e vendo a natureza apenas como fonte de recursos naturais necessários para a produção econômica.

No entanto, nos debates sobre as questões ambientais, o discurso que se tornou hegemônico é o discurso do desenvolvimento sustentável, que elimina contradições entre equilíbrio ambiental e acumulação do capital e encobre as relações de dominação e exploração que fazem parte do capitalismo.

Iniciamos nossa dissertação apresentando a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, onde o autor demonstra o papel do discurso na organização da vida social. Destacamos os conceitos de hegemonia e ideologia: hegemonia é a manutenção do poder através mais do consenso do que do uso da força, através da naturalização de ideologias que favorecem a manutenção do poder de grupos dominantes. Nesse sentido, o discurso opera de maneira ideológica, reproduzindo valores e normas que permitem a continuidade de uma determinada configuração social. No caso dessa pesquisa, o discurso do desenvolvimento sustentável, que organiza o debate ambiental segundo a lógica capitalista.

O capitalismo depende da naturalização de ideologias que tornem possível a sua continuidade. Fazemos uma discussão, então, sobre as idéias que naturalizam esse modelo de desenvolvimento econômico. Partimos da idéia de progresso, passando pela de desenvolvimento, até a noção de desenvolvimento sustentável, que legitima o capitalismo perante a crise ambiental. Também fazemos uma análise sobre como os problemas ambientais se estabelecem no debate público, em especial as mudanças climáticas, de maneira a eliminar os conflitos entre o combate à crise ambiental e os interesses políticos e econômicos dominantes.

Os meios de comunicação de massa são o principal canal de visibilidade e legitimação para a discussão de temas públicos. Essa característica está relacionada à formação da esfera pública nas sociedades capitalistas. Portanto, o discurso das notícias sobre as mudanças climáticas estabelece, em grande parte, sob qual ponto de vista esse problema deve ser discutido. Fazemos uma análise sobre o surgimento da esfera pública e como o advento dos meios de comunicação de massa altera a sua estrutura. Também abordamos alguns aspectos do estabelecimento da televisão no Brasil, considerando os aspectos econômicos e políticos que caracterizam o mercado de radiodifusão brasileiro, tornando-o um centro de poder econômico e político.

Nosso *corpus* é constituído por sete notícias sobre mudanças climáticas exibidas durante o primeiro semestre de 2009 pelo Jornal Nacional. Nosso objetivo principal é analisar os aspectos ideológicos do texto, que contribuem para legitimar o discurso do desenvolvimento sustentável e a continuidade do atual modelo de desenvolvimento econômico. Também analisamos a construção de um discurso baseado no medo das conseqüências das mudanças climáticas, que suscita na sociedade a preocupação sobre o problema.

2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO DE FAIRCLOUGH

O instrumental teórico e metodológico dessa pesquisa é a Análise Crítica do Discurso – ACD, como concebida por Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). O lingüista Norman Fairclough utilizou a expressão “análise crítica do discurso” pela primeira vez em um artigo publicado em 1985, e a consolidação da ACD como disciplina ocorre no início da década de 1990, a partir de uma conferência entre vários analistas do discurso. Existem diversas abordagens desta linha de análise e Fairclough é considerado seu expoente. Tanto que se convencionou chamar a sua proposta teórico-metodológica, a Teoria Social do Discurso, de Análise Crítica do Discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 20). Neste texto, quando nos referirmos à ACD, estaremos nos referindo à abordagem de Fairclough e sua Teoria Social do Discurso.

A ACD é orientada para a análise social e lingüística, ou seja, além da análise dos textos, devemos considerar o contexto social em que os mesmos são produzidos. Essa concepção leva a duas implicações importantes, uma em termos teóricos, outra em termos metodológicos.

A primeira implicação é sobre como a estrutura social e a relação da linguagem com esta são compreendidas. As bases teóricas da ACD sobre a sociedade contemporânea são construídas sobre o trabalho de teóricos do “Marxismo Ocidental” (Gramsci, Althusser, Giddens, Baudrillard, Habermas, Bourdieu), que, em suas revisões e críticas sobre o materialismo histórico clássico, passam a incluir a linguagem como um dos elementos centrais da sociedade e rejeitam a tendência do marxismo clássico ao reducionismo econômico, ou seja, entender as estruturas e os eventos sociais como efeitos da atividade econômica e, portanto, como fenômenos secundários (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 75). Essa concepção traz maior autonomia não somente para a linguagem, mas também para outras esferas da vida social – o Estado, a cultura, as interações sociais – na constituição e evolução das formações sociais.

Essas teorias lidam com o determinismo econômico de diversas maneiras: abandonando-o por completo; colocando-o como um determinante “em última instância”; entendendo que outras dimensões da sociedade estão enraizadas e emergem da economia, mas sem reduzi-las à economia; ou tratando o problema como uma questão empírica, sendo necessário determinar as relações entre os mecanismos econômicos e outros para cada época e lugar. Diante de todas essas

linhas de pensamento, a ACD adota a concepção de que as sociedades capitalistas contemporâneas são fortemente determinadas por (mas não reduzíveis a) seus mecanismos econômicos (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 20).

Sobre a linguagem passar a receber mais atenção nas teorias sociais, a ACD entende que foi resultado de dois movimentos diferentes. Primeiro, os teóricos perceberam que a linguagem é uma parte mais significativa da vida social do que se pensava antes. E, segundo, no curso da modernidade, a linguagem tornou-se de fato mais significativa na organização social do que era inicialmente (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 74).

A partir dessas considerações, a ACD adota o conceito de que a vida social é feita de práticas, que são entendidas como “modos habituais, conectados a momentos e lugares específicos, nos quais as pessoas aplicam recursos (material ou simbólico) para atuar em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). As práticas são constituídas dentro da vida social, a partir dos domínios da economia, da política e também da cultura e da vida cotidiana. É a relação entre a estrutura abstrata e seus mecanismos e os eventos concretos. As estruturas são as condições duradouras que organizam a vida social, que mudam lentamente. Os eventos são os acontecimentos individuais e imediatos e as ocorrências da vida social

Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos. Mas a relação entre o que é estruturalmente possível e o que acontece de fato não é simples, pois os eventos não são efeitos diretos de estruturas: a relação entre eles é mediada por “entidades organizacionais intermediárias”, as práticas sociais. Assim, pode-se dizer que estruturas, práticas e eventos estão em um *continuum* de abstração/concretude (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 41).

Dessa maneira, as práticas não são determinadas pela estrutura ou pela atividade concreta, mas constrói uma relação dialética com estas. Elas são dependentes e constringidas pela estrutura, reproduzindo-a, mas também podem transformá-la. Da mesma forma, as práticas sociais regulam os eventos, mas podem ser transformadas por estes.

As práticas possuem três características principais: (1) são formas de produção da vida social; (2) cada prática está localizada dentro de uma rede de relações com outras práticas (e essas relações externas determinam sua constituição interna); (3) e possuem uma dimensão reflexiva: criar representações sobre as ações (“*what people do*”) é uma parte da própria ação (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

Toda prática social é uma forma de produção: um determinado indivíduo aplica recursos dentro de uma determinada rede de relações para alcançar um objetivo, ou um “efeito social”. Os objetivos podem ser econômicos, sociais, culturais; e os recursos podem ser físicos (por exemplo, recursos naturais) ou simbólicos (por exemplo, a linguagem). Ambos são considerados recursos materiais, mesmo os simbólicos, pois o seu uso possui efeito material, inclusive sobre os elementos não-simbólicos, na prática social. Dessa maneira, explica-se a capacidade do discurso de atuar sobre as atividades concretas da sociedade.

As práticas sociais também se relacionam de maneira dialética formando redes de práticas, que moldam e são moldadas umas pelas outras. A configuração de uma rede é mantida pelas relações de poder que se estabelece entre as práticas, e as mudanças nessa configuração é resultado do deslocamento do poder e da luta pelo poder entre elas.

Por fim, a reflexividade é um elemento das práticas: a criação de representações sobre as ações dos indivíduos é uma parte dessas ações. Na sociedade contemporânea, o conhecimento que se tem sobre as práticas torna-se um dos fatores determinantes para o engajamento nelas. Isso é resultado da separação, na modernidade, das práticas teóricas de outras, ou seja, práticas especializadas na produção de conhecimento sobre outras práticas sociais. Pode-se dizer que se cria a separação entre “teoria” e “prática”. E cada vez mais, na sociedade contemporânea, a “prática” é moldada pela “teoria”. Mesmo as representações criadas por indivíduos podem ser consideradas “teorias” (“proto-teorias”) (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).

A reflexividade das práticas indica que todas possuem um aspecto discursivo, pois a construção de representações é uma construção discursiva. Essa construção é resultado da aplicação de um determinado conhecimento sobre uma prática. E esse conhecimento é ‘posicionado’, ou seja, gerado a partir de uma posição particular dentro da prática ou fora dela. As construções discursivas também podem sustentar relações de dominação de uma prática sobre outras. Visto dessa maneira, as construções discursivas podem ser consideradas construções ideológicas, pois representam uma maneira particular de representar o mundo e sustentam relações de dominação.

Essas duas últimas características das práticas – disputa de poder e construção de representações sobre mundo – serão retomadas adiante, quando discutiremos sobre luta hegemônica e ideologia. Agora, tendo estabelecido como a ACD compreende a organização da vida social, passaremos à questão do discurso como prática social.

O discurso¹ é considerado como o uso da linguagem como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Isso implica considerá-lo como um modo de ação historicamente situado (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 26): é um modo de ação das pessoas sobre o mundo, bem como um modo de representação; e é constituído socialmente, sendo moldado e restringido pelas estruturas sociais, mas também constituindo essas mesmas estruturas, estabelecendo uma relação dialética.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Como modo de representação do mundo, o discurso contribui para a constituição das identidades sociais, das relações sociais entre as pessoas e dos sistemas de conhecimentos e crenças. Esses três efeitos correspondem, respectivamente, a três funções da linguagem: identitária, relacional e ideacional (FAIRCLOUGH, 2001). Essas três categorias foram desenvolvidas pela ACD a partir da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, que aborda a linguagem como um sistema aberto, sendo estruturada pelo sistema, mas também com potencial para inovar o mesmo: “a linguagem é vista como um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que lhe provê a sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56).

Outra característica do discurso é a sua relação dialética com a estrutura social. Essa característica é destacada pela ACD para que se evite “erros de ênfase indevida”, isto é, considerar a determinação social do discurso ou a construção do social no discurso. Sendo uma relação dialética, o discurso pode tanto reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), como também transformá-la (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

A prática social possui diversas orientações e em todas o discurso está presente, em maior ou menor grau. Para a ACD, existe um interesse especial em dois tipos de orientação: o discurso como prática política e prática ideológica.

¹ Apesar da definição de discurso como uso da linguagem, o termo ‘discurso’ na ACD refere-se a todos os elementos semióticos da vida social: linguagem (falada ou escrita), comunicação não-verbal (gestos, expressões faciais, movimentos corporais) e imagens (fotografia, filmes) (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 38).

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois as ideologias são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta pelo poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Voltamos agora para a discussão de discurso como disputa de poder e construção de representações sobre o mundo, em termos de hegemonia e ideologia. Para esse debate, a ACD baseia-se, principalmente, nas teorias de Thompson (ideologia) e Gramsci (hegemonia).

A ideologia é definida pela ACD como “significações, construções da realidade (...) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Para serem eficazes, as ideologias devem ser naturalizadas a ponto de se tornarem senso comum. No entanto, essa condição não é estável, havendo dentro da prática discursiva uma luta ideológica, com capacidade de reestruturação e transformação das relações de dominação. A ideologia é considerada, por natureza, hegemônica, “no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 49). A seguir, reproduzimos um quadro baseado no arcabouço de Thompson sobre como os processos ideológicos operam:

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS²
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações) UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais) NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas de histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões) EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações) TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de unidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado) SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratção de uma situação transitória como permante e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural) ETERNELIZAÇÃO (fenômenos sociohistóricos apresentados como permanentes) NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia. Fonte: RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 52

É preciso atentar para o fato de que nem todo discurso é “irremediavelmente” ideológico, O discurso só deve ser considerado ideológico quando possui efeito causal na manutenção ou transformação das relações de dominação. E cada tipo de discurso é investido ideologicamente em graus diferentes: podemos comparar, por exemplo, um pronunciamento político e um artigo científico de Física (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Quanto ao lugar onde a ideologia está localizada, a ACD rejeita as concepções de que ela é uma propriedade somente das estruturas, ou que esteja localizada somente nos textos. A primeira concepção privilegia a perspectiva da reprodução ideológica em detrimento da transformação. A segunda pressupõe que seria possível “ler” a ideologia nos textos, no entanto, a produção de sentidos se dá por meio da interpretação dos textos: “os processos ideológicos

² “Construções simbólicas” é uma expressão utilizada por Thompson para se referir ao conjunto de ações, falas, imagens e textos produzidos pelos sujeitos e reconhecidos como “construtos significativos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 54).

pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119). Dessa maneira, a ACD localiza a ideologia tanto nas estruturas – que representam as “ordens do discurso”³ e são resultado de eventos passados – quanto nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos, que reproduzem e transformam a estrutura. “É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119).

É importante também salientar que, dentro dessa concepção, a ideologia atua na constituição dos sujeitos à medida que constrange a sua ação, mas não os sujeita por completo. Os sujeitos são interpelados pela ideologia de formas diferentes e contraditórias - dependentes das condições sociais - o que pode levar a uma problematização das convenções. Apesar de serem “posicionados ideologicamente”, os sujeitos são capazes de agir de forma criativa, criando as condições para uma “prática consciente e transformadora” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). E a desconstrução dos discursos, através da análise, visa tornar explícitos os seus processos ideológicos abrindo caminho para que os sujeitos se tornem conscientes de suas práticas. Pois mesmo quando a prática seja considerada de resistência, o sujeito não está necessariamente consciente de suas dimensões ideológicas.

A concepção de hegemonia é baseada no conceito de Gramsci, que se harmoniza com a concepção de discurso defendida pela ACD:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio “instável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

De maneira resumida, hegemonia é a manutenção do poder de um grupo sobre outros através mais do consenso do que do uso da força, em uma configuração social mais ou menos

³ Ordem do discurso segundo a definição de Foucault.

estável. A manutenção do poder dependerá da capacidade do grupo dominante de produzir discursos que o sustentem, ou seja, naturalizar ideologias específicas que legitimem relações de dominação e práticas sociais relacionadas. E sendo um equilíbrio instável, resultado de uma determinada configuração dos elementos sociais, o poder é foco de disputa, a chamada luta hegemônica. Na articulação, desarticulação e rearticulação de elementos sociais; na relação entre estruturas e práticas sociais; nas significações e representações dos discursos, a hegemonia é sustentada, mas também é contestada (FAIRCLOUGH, 2001; RESENDE; RAMALHO, 2006).

Passaremos agora para a segunda implicação a qual nos referimos no início, que é a questão metodológica. Inicialmente, na ACD, a análise dos textos ocupava um lugar central, mas essa centralidade deixa de existir. O foco passa a ser as práticas sociais e o discurso é entendido como um momento dessas práticas (RESENDE; RAMALHO, 2006). Essa mudança ocorre porque Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram que a inclinação para focar a análise da linguagem pode se tornar problemática para uma teoria que pretende ser dialética: outros momentos das práticas sociais igualmente importantes seriam reduzidos ao contexto da linguagem e à maneira como são internalizados por esta. Concebida dessa maneira, a ACD deixaria de abarcar as questões de como as práticas sociais internalizam os discursos e como a linguagem faz parte do contexto dessas práticas.

A ACD trabalha com o modelo tridimensional do discurso, três dimensões passíveis de análise, sendo elas a prática social, a prática discursiva e o texto. A prática discursiva situa-se entre o texto e a prática social. Ela é influenciada por outros elementos da prática social na qual está inserida. E, por sua vez, o texto é moldado pela prática discursiva. Portanto, o texto reflete as práticas discursivas e social nas quais está inserido e também a relação delas com a estrutura social.

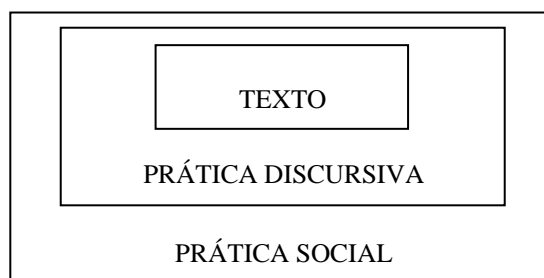


Figura 1 – Modelo tridimensional do discurso

Na prática social, encontram-se questões referentes à hegemonia e ideologia através da análise das orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas; dos sentidos, pressuposições, metáforas. A prática discursiva, que faz a mediação entre texto e prática social, envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, processos relacionados à ambientes econômicos, políticos e institucionais específicos. O texto engloba a análise tanto dos elementos textuais – vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual – como elementos não-textuais – entonação da voz, imagens.

Para realizar a análise das notícias sobre mudanças climáticas, consideramos importante começar pela idéia de desenvolvimento sustentável. Entendemos que a crise ambiental abre possibilidades de questionamento sobre o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. No entanto, o discurso sobre desenvolvimento sustentável que vem se estabelecendo é basicamente o mesmo discurso de desenvolvimento econômico, que agora incorpora as variáveis ambientais. Ou seja, o discurso do desenvolvimento sustentável reproduz e legitima as mesmas lógicas do capitalismo. Para compreender como isso ocorre, partimos da análise da idéia de progresso, passando pela idéia de desenvolvimento, até chegar ao discurso de desenvolvimento sustentável.

Também consideramos importante analisar a relação dos meios de comunicação de massa, e da televisão, em particular, com a estrutura social. Os meios de comunicação de massa são parte e parcela do desenvolvimento do capitalismo, sendo moldados pela mesma lógica capitalista. Portanto, são meios de reprodução da ideologia dominante e, no caso das notícias sobre mudanças climáticas, irão reproduzir o discurso do desenvolvimento sustentável. Os meios de comunicação de massa também são o principal fórum de legitimação dos problemas ambientais perante a sociedade. Para analisar essa questão, faremos uma discussão sobre esfera pública e os meios de comunicação de massa.

Por fim, analisaremos o texto das notícias, tendo como objetivo principal a análise dos aspectos ideológicos: como as notícias reproduzem o discurso do desenvolvimento sustentável. A ideologia está presente nos textos, principalmente, através de suposições. Ela está geralmente implícita através de suposições sobre o que existe ou poder existir, sobre o que é bom ou desejável, sobre o que algo é ou pode ser. Também analisaremos outros aspectos, como vocabulário, figuras de linguagem, representação de atores sociais, além das imagens das notícias.

3 A QUESTÃO AMBIENTAL

3.1 Do progresso ao desenvolvimento sustentável

Seguindo a metodologia proposta pela ACD, faremos uma discussão sobre um dos principais discursos ideológicos que legitimam o modelo de desenvolvimento capitalista: o discurso do desenvolvimento, que tem origem na idéia de progresso. E também analisaremos como a questão ambiental foi incorporada por esse discurso, transformando-se no discurso do desenvolvimento sustentável, que elimina as contradições entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental.

Antes do século XV, a noção de progresso chegou a se manifestar entre alguns pensadores da Antiguidade e da Idade Média, mas apenas em determinados momentos, sem nunca chegar a fazer parte da mentalidade, “estando ausente da imaginação e do sentimento do chamado homem comum” (BUARQUE, 1990, p. 47). O nascimento da idéia de progresso inicia-se a partir desse século fruto das transformações que ocorriam na sociedade - o crescimento do comércio e da indústria e o desenvolvimento do pensamento científico moderno – que criaram as condições materiais para sua concepção e sua incorporação à mentalidade da sociedade, tornando-se, então – a idéia de progresso – legitimadora do modo de organização social do capitalismo.

Em uma sociedade tradicional, como era a sociedade do feudalismo, os costumes e as tradições legitimam as relações sociais, garantindo a sua continuidade. É um mundo do pensamento “encantado” onde a “crença cotidiana da santidade das tradições” perpetua as relações de dominação, que parecem existir “desde sempre” (TAVALORO, 2001, p. 57). A partir do século XV, o pensamento científico moderno promove a racionalização do pensamento e um conseqüente “desencantamento do mundo”: “através dos modelos racionais a explicação das coisas foi sendo liberada da dependência que a vinculava às crenças que o pensamento tinha” (BUARQUE, 1990, p. 11). Nesse processo, as crenças e os valores que garantiam a continuidade das sociedades organizadas pela tradição foram perdendo sua força.

Paralelamente, ocorrem transformações sociais promovidas pela atividade comercial e industrial de uma nova classe que surgia – a burguesia – e com estas, um novo modo de organização não só da produção, mas também da sociedade: o capitalismo. Essas transformações

não poderiam ter melhor descrição do que a feita por Marx e Engels (2003) no Manifesto Comunista:

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. [...] A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie. (MARX; ENGELS, 2003, p. 29)

Assim, com as relações tradicionais evaporadas e a profanação de tudo que era sagrado, ou seja, a secularização promovida pela racionalidade, a sociedade “parecia perder toda a sua solidez, evaporada, juntamente com seus fundamentos numa vertigem aérea”, causando uma “mudança societal global, uma mudança paradigmática” (SANTOS, 2006, p. 23). As crenças e os valores tradicionais foram abalados por essas transformações. E com a nova maneira de organização social, sugere uma nova mentalidade que legitima as relações de dominação da sociedade capitalista: a crença no progresso.

É preciso salientar que a idéia de progresso não foi “produzida” para esses fins. Ela é também fruto dessas transformações, “não poderia existir antes da revolução industrial e capitalista” (BUARQUE, 1990, p. 45). Segundo Le Goff (1984, p. 343), existem duas condições essenciais para o surgimento e estabelecimento da idéia de progresso: os avanços científicos e a correlação entre progresso material e o conceito de progresso – “é a experiência do progresso que leva a acreditar nele”.

A noção de progresso desenvolve-se entre “o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa” no século XVIII (LE GOFF, 1984, p. 349). Surge inicialmente no domínio da ciência, consequência das descobertas capazes de derrubar paradigmas e da evolução do método científico, que aumenta a confiança na razão. Esse novo pensamento científico tem origem na física moderna, cuja base é a noção de movimento. A natureza é entendida como um conjunto de coisas, mera soma de partes que se movimentam, regido por leis universais. Nessa concepção, o entendimento da natureza se diferencia da ciência aristotélica, que se baseava na noção de finalidade: todas as coisas do mundo natural ou social tinham um fim, e o movimento era visto como um momento de passagem, até que se atingisse a finalidade da coisa. O mundo era

entendido de maneira hierarquizada, onde cada elemento tem uma finalidade. E quando esse fim fosse atingido, esse elemento permaneceria estável, sem movimento. Essa visão corresponde à organização social das sociedades tradicionais, tanto na Antiguidade com a escravidão, quanto na Idade Média com a servidão.

A física moderna traz o entendimento do mundo como algo em movimento, sem uma finalidade. A mudança, então, faz parte da natureza, e essa mudança é um processo contínuo. A noção de progresso está intimamente ligada ao pensamento científico moderno, que além de entender o mundo como em constante movimento, também traz a crença de que o conhecimento pode ser ilimitado. Embora não tenha um ponto de chegada, o conhecimento tem uma direção definida: sempre para frente e sempre mais.

Essa visão que surge na física, posteriormente, difunde-se nos domínios da história, da filosofia e da economia política. E é no século XIX que a idéia de progresso se espalha por toda a sociedade, na euforia econômica, momento conhecido na história da Europa como *bélle époque*. É a experiência cotidiana do progresso, traduzido pelos avanços da economia, da técnica e da ciência, que permite a sua percepção pela sociedade como um todo:

O progresso, como idéia generalizada, exigia uma acumulação de capital, um acervo tecnológico e um poder de organização social que permitissem eficiência crescente, capaz de acelerar o processo produtivo, a uma velocidade que todos os homens pudessem percebê-lo, como uma experiência diária. (BUARQUE, 1990, p. 48)

Assim como a natureza é percebida como elementos em movimento, as atividades humanas – a produção econômica e o desenvolvimento industrial – também passam a ser percebidas como algo em constante movimento, que acarretam mudanças positivas para a sociedade.

Segundo Le Goff (1984), a idéia de progresso possui duas implicações: ela aponta uma direção, ou objetivo, e possui um juízo de valor. A direção do progresso é sempre crescente, ou seja, quanto mais crescimento econômico, quanto mais bens a disposição para o consumo, melhor. O crescimento em si é desejado, não importando a finalidade. Quanto ao juízo de valor, implica em saber qual é o tipo de progresso. Antes do século XVIII, apenas identificava-se o progresso técnico e científico, e a partir desse século, passa-se a conceber o progresso moral. No entanto, à medida que o progresso científico, técnico e econômico consolidou-se como valor intrínseco no imaginário social, ele passa a ter “primazia sobre todas as demais idéias socialmente aceitas, a ponto de que as outras, como felicidade, paz, igualdade, liberdade, justiça, soberania,

embora mais antigas, passaram a ser vistas como consequência do progresso” (BUARQUE, 1990, p.48).

Essa concepção de progresso, de sociedade em constante movimento, relaciona-se com as transformações sociais que ocorriam nesse período, que ruíram as bases de uma sociedade estamental. Havia surgido uma nova classe, a burguesia, que acumulava capital à medida que a economia se desenvolvia, mas que não possuía lugar, *status*, ou poder dentro de uma sociedade estamental. Assim, a idéia de progresso alinhava-se aos anseios da burguesia. Em uma sociedade mutável, essa nova classe ascende socialmente, passando a ser reconhecida. A burguesia é a primeira classe dominante na história cuja autoridade vem dos seus feitos e não da tradição (BERMAN, 2007, p. 116). Assim, a idéia de progresso letigima a atividade que lhe confere poder:

Temos de considerar esses dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova “idéia”, a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. (CASTORIADIS, p. 144,).

Para que as atividades burguesas sejam legitimadas, é preciso que o progresso e as mudanças que ele provoca sejam aceitos e desejados pela sociedade. E para que o modelo capitalista funcione é preciso manter relações de dominação e exploração, que agora não podem mais ser legitimadas pelas crenças e valores tradicionais. Assim, a promessa do progresso – de que em algum momento o bem-estar social será alcançado através do crescimento econômico – contribui para a continuidade das relações de dominação.

Como já foi dito, a crença no progresso é impulsionada pelo crescimento econômico acelerado e avanços tecnológicos que pareciam não ter fim do século XIX, percebidos como mudanças positivas pela sociedade. No entanto, no início do século XX, a idéia de progresso começa a entrar em crise. A Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão de 1929, a ascensão do facismo e do nazismo trouxeram o questionamento sobre o progresso, percebendo-se que os avanços tecnológicos nem sempre são positivos e que a economia, que parecia inabalável, é suscetível a crises e pode fugir do controle. Com a Segunda Guerra Mundial, a idéia de progresso entra em sua crise final, com o advento da bomba nuclear. Percebe-se que o progresso técnico não só pode ser negativo, mas pode também significar a extinção da humanidade.

A crise dessa ideologia também é acentuada pelo fato da idéia de progresso ter um caráter humanista, estando relacionada ao progresso moral. Percebe-se que o simples progresso técnico, científico e econômico não traz consigo evolução em outras esferas da vida social e individual, como a política, o bem-estar social, paz, felicidade, e nem é capaz de atingir a sociedade como um todo, melhorando as condições de vida dos mais pobres. A idéia de progresso também é uma ideologia identificada com a sociedade ocidental, portanto, querer aplicá-la a outros países trazia consigo um caráter colonialista.

No pós-guerra, os esforços dos países do ocidente estavam centrados em recuperar a economia. E esses esforços resultaram em uma fase de expansão econômica. Experenciando um grande crescimento, passou-se a perceber o desenvolvimento econômico como “a chave para os problemas humanos” (CASTORIADIS, 1987, p. 136). Nesse processo, a idéia de progresso passa a ser substituída pela idéia de desenvolvimento.

O desenvolvimento pareceu ser um parâmetro mais controlável, por ser baseado nas taxas do Produto Nacional Bruto – PNB por habitante de cada país, sem estar relacionado a parâmetros subjetivos - é uma idéia matematizada. Assim, passou a ser mais fácil determinar as condições necessárias para que um país se desenvolvesse. Por outro lado, por ser um parâmetro quantitativo, eliminava (aparentemente) a identificação com um tipo de sociedade, a sociedade ocidental, onde nasceu a idéia de progresso. Logo, os países que antes eram considerados atrasados, passaram a ser denominados países em desenvolvimento. Ou seja, estavam no caminho de alcançar o estado de desenvolvido, e para isso acontecer, era uma questão de definir metas de crescimento do PNB.

Vemos que, apesar da mudança de progresso para desenvolvimento, não houve um questionamento sobre modo de produção econômica. E nem mesmo um respeito às peculiaridades de cada país. Mesmo tendo uma aparência de neutralidade, por basear-se em parâmetros quantitativos, a noção de desenvolvimento não deixa de carregar uma ideologia: de que os outros países, para serem considerados desenvolvidos, devem seguir o modelo dos países do ocidente europeu e dos Estados Unidos.

A partir dos anos 1960, críticas a esse modelo de desenvolvimento começaram a surgir nos países desenvolvidos, onde alguns setores da sociedade perceberam que apesar do crescimento econômico, a qualidade de suas vidas não melhorou, ou mesmo piorou. São movimentos sociais que criticam a sociedade de consumo, como os *hippies* nos EUA e o movimento estudantil de 1968 na França. Esses movimentos foram um marco importante para o

desenvolvimento do movimento de crítica aos problemas ambientais, devido ao seu caráter antiindustrial, com a condenação do consumismo e dos valores materiais, e seu questionamento da racionalidade de uma sociedade que utilizou a ciência para produzir o que era visto como atrocidades desumanas, como os acontecimentos da Guerra do Vietnam e o dano ecológico causado pelos pesticidas e refugos industriais. As críticas aos problemas ambientais são impulsionadas pelo lançamento de livros e estudos científicos sobre a questão, sendo o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, uma das principais referências.

Além disso, diversos acontecimentos também contribuíram para aumentar a percepção sobre a causa ambiental. O primeiro deles foi o perigo da precipitação nuclear provocada por testes, que se transformou na primeira causa ambiental global. Depois da primeira explosão de uma bomba atômica pela União Soviética em 1949, o desenvolvimento dos artefatos nucleares entrou numa fase nova e competitiva. Entre 1945 e 1962, um total de 423 detonações nucleares foi anunciado por Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra. A crise do petróleo na década de 70 acelerou e intensificou os programas nucleares – e a própria crise do petróleo mostra que os recursos naturais são limitados. O período a seguir, entre 1966 e 1972, foi marcado por uma série de desastres ambientais, acontecimentos que ganharam destaque em jornais e tiveram um efeito catalisador sobre os temores ambientais que já haviam se desenhado com os acidentes nucleares.

[...] começou-se a levantar a questão do “preço” que os seres humanos e as coletividades tinham que “pagar” pelo crescimento. Quase simultaneamente, “descobriu-se” que esse “preço” envolvia um elemento importantíssimo, que até então tinha passado em silêncio, e cujas conseqüências muitas vezes não diziam respeito diretamente às gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da interação destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam, para além de um certo ponto, desconhecidas e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de “controle”. (CASTORIADIS, 1987, p. 137)

O *Earth Day*, realizado nos Estados Unidos em 1970, é considerado o marco inicial do movimento ambientalista, dada a grande repercussão que obteve nos meios de comunicação de massa. Nesse mesmo período, pode-se dizer que ocorre o reconhecimento oficial da crise ambiental: criação de leis ambientais, de programas de pesquisa interdisciplinares, realização da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972.

O discurso oficial define essa questão como um problema de mau planejamento na utilização dos recursos naturais, deixando de lado a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico. (ECKERSLEY, 1992). Com a publicação do relatório “Limites para o crescimento”, pelo Clube de Roma, cresce o entendimento de que a destruição do ambiente ameaça o desenvolvimento econômico, pois poderia provocar a escassez de recursos naturais. Para resolver essa questão, passaram a ser apontadas soluções baseadas no desenvolvimento de novas tecnologias e na computação das externalidades ecológicas nos custos de produção.

Mas se por um lado o discurso oficial trata a crise ambiental através de uma perspectiva econômica e tecnológica, por outro surgem novos atores sociais, que questionam as ideologias tradicionais dos movimentos sociais – que lutam por acesso ao mercado de trabalho e por distribuição de renda – sendo mobilizados por outros valores, direitos e demandas, como democracia e justiça social. Surgem diversas “versões” do discurso ambientalista e dos movimentos sociais associados a ele.

A crise ambiental tem um potencial transformador da ordem social e ecológica, que ameaça a continuidade do modelo capitalista. De um lado está a questão dos recursos naturais; de outro, a contestação de setores da sociedade, cujas críticas vão desde a exigência de um melhor gerenciamento da produção – para que se evite poluição de rios, do ar, o acúmulo de lixo – até a negação do sistema produtivo tal como está estabelecido. A crise ambiental pode ser “mais grave ainda do que as crises cíclicas do capital” para o sistema econômico (LEFF, 2001, p. 56).

Diante da crescente influência do ambientalismo na cena institucional surge a necessidade de “ecologizar” a economia, como forma de eliminar a contradição entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental e como forma de resposta às correntes que defendem o crescimento-zero. Mesmo os movimentos ambientais, diante das estratégias de resistência da ordem econômica, vão se adaptando, buscando eliminar essa contradição, como forma de se tornarem viáveis. Nesse processo, nasce o discurso do desenvolvimento sustentável.

Segundo Leff (2001), o discurso do desenvolvimento sustentável foi legitimado e difundido na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92. O discurso do desenvolvimento sustentável afirma ser possível haver um crescimento econômico que internalize as condições de sustentabilidade ecológica, através de mecanismos de mercado, sem, no entanto, “uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça social e

democracia) desse processo” (LEFF, 2001, p. 19). Elimina as contradições que existem entre crescimento econômico e preservação da natureza, ao proclamar o modelo de produção econômica como um processo sustentável, capaz de promover o equilíbrio ambiental através de mecanismos de mercado. E o conceito de sustentabilidade acaba se tornando uma defesa do modelo de desenvolvimento capitalista: por um lado, defende que devemos preservar os recursos naturais para a continuidade do crescimento econômico; por outro, defende que esse modelo de desenvolvimento é sustentável.

Para garantir a preservação do ambiente, a natureza é internalizada no processo econômico como um valor de custo: seu valor é reduzido a um valor de mercado, passando a ser representada pelos códigos do capital. E os efeitos da degradação ambiental resultantes dos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias seriam solucionados pelo desenvolvimento tecnológico (LEFF, 2001). A crença no progresso econômico unida ao discurso da sustentabilidade cria uma “cortina de fumaça”, que impede que as verdadeiras causas da crise sejam percebidas.

O discurso ambientalista pode ser situado dentro da história da evolução das diversas ideologias e utopias associadas ao desenvolvimento:

As variações das apropriações da idéia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la, acabam expressando em adjetivações que formam parte de sua história: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente e, no presente, auto-sustentado ou simplesmente sustentável. Em realidade, estas variações e tensões são representativas da lógica de um campo de poder político e econômico em que os atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares sobre como se deve proceder com relação a desenvolvimento como as mais corretas (RIBEIRO, 1992, p. 23).

O discurso do desenvolvimento sustentável não só legitima o modelo de desenvolvimento econômico diante dos problemas ambientais, como também favorece o aparecimento de novos mercados, como o dos “produtos verdes” e o mercado de carbono, além de mobilizar investimentos em tecnologia. Os bens e serviços ambientais permitem uma expansão de mercado, um novo instrumento de acumulação de capital num domínio que antes fazia parte de práticas tradicionais, que funcionavam fora do mercado (LEFF, 2006).

Isso demonstra a incrível capacidade de adaptação do capitalismo diante das crises – nesse caso, a crise ambiental. Ao contrário do que Marx defendia – de que as crises iriam aos poucos minar o capitalismo – , Berman (2007, p. 127) acredita que as crises podem, talvez, atuar como

“inesperadas fontes de força e resistência do capitalismo”. Essa resistência às crises é traduzida não apenas na conquista de novos mercados, mas também na capacidade de reconfigurar os discursos ideológicos que legitimam o capitalismo.

Por outro lado, o prognóstico de Engels e Marx (2003, p. 31) – de que as adaptações preparam “crises mais extensas e mais destrutivas” – pode estar certo. Boaventura de Souza Santos (2006) aponta dois sinais do esgotamento do capitalismo. O primeiro é a crise ambiental, resultante de um processo de produção e acumulação infinito e que vê a natureza apenas como fonte de recursos. O segundo é o próprio mecanismo de adaptação do capitalismo às crises, criando novos mercados, novos bens e serviços, integrando setores da vida e locais que ainda estavam fora do mercado, transformando a cultura, a natureza e até mesmo o corpo humano em mercadoria. Ou seja, diante das crises, o capitalismo expande o seu campo de atuação – e essa capacidade de expansão parece estar chegando ao seu limite.

Leff (2001, p. 15) vê a crise ambiental como um “ponto de inflexão na história” capaz de “questionar os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, renegando a natureza”. A racionalidade econômica impõe sua valorização de curto prazo a processos ecológicos e culturais de longo prazo. Dessa maneira, mecanismos de mercado são incapazes de sustentar um equilíbrio que seja de longo prazo.

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza (LEFF, 2001, p.57).

A busca por um mundo controlável e previsível fez com que a sociedade moderna abandonasse o diálogo entre os diversos saberes e buscasse suas respostas nas certezas produzidas pela ciência. Uma ciência cujo modelo é totalitário, “na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2002, p. 58). Assim, o discurso do desenvolvimento sustentável, legitimado pela economia e pela ciência, também é totalitário, sendo baseado em consensos artificiais, que negam as peculiaridades de cada cultura e de cada ecossistema (LEFF, 2001). Iguala-se, nesse sentido, às idéias de progresso e desenvolvimento:

A partir do momento em que a idéia de progresso permeou toda a humanidade e a economia apropriou-se do conceito de modernidade, criou-se um fetiche aceito generalizadamente, pelo qual os povos passaram a ter um único destino: medidos por padrões únicos e rígidos, definidos pelo avanço técnico utilizado no seu processo de produção. Esse fetiche necessita de um exorcismo que redefina o conceito de moderno, conforme objetivos consistentes com os objetivos de um processo civilizatório permanente (BUARQUE, 1990, p. 63).

Santos (2006) entende que a sociedade encontra-se num momento de transição paradigmática, o qual chama de pós-modernidade, mas considera que ainda não é possível defini-lo com precisão. Um momento onde a ciência moderna, que seria a solução, que traria o progresso e a racionalização da vida social e individual, tornou-se um problema, gerando “irracionalidades” – como a crise ambiental, as desigualdades sociais, a violência. Essa transição vem da constatação de que as promessas de emancipação da modernidade não foram e nem podem ser cumpridas dentro dos limites do capitalismo. Apesar de modernidade e capitalismo serem frutos do mesmo processo civilizatório, as promessas da modernidade, como liberdade, igualdade, autonomia, só serão atingidas superando-se o capitalismo, uma vez que as possibilidades da modernidade foram reduzidas às possibilidades do capitalismo.

O projeto de modernidade é constituído por dois pilares: o da regulação e o da emancipação. O pilar da emancipação foi “colonizado” pela razão cognitivo-instrumental da ciência, gerando a crença que seu potencial residia no desenvolvimento da ciência e da técnica. No entanto, o que se vê é que a ciência moderna, além de não ser capaz de cumprir todas as promessas, é fonte geradora de ameaças para a humanidade e para o planeta. No pilar da regulação, constituído por Estado, mercado e comunidade, ocorreu um desenvolvimento desequilibrado, onde o mercado se sobrepôs aos outros dois:

A redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação moderna ao princípio do mercado, incentivadas pela conversão da ciência na principal força produtiva, constituem as condições determinantes do processo histórico que levou a emancipação moderna a render-se a regulação moderna (SANTOS, 2002, p. 55).

Nesse contexto, a questão ambiental é uma fonte potencial de resgate da emancipação e de combate à hegemonia do mercado sobre os outros setores da vida social e individual, pois a partir dela surgem movimentos, críticas e novos modos de pensar a sociedade: “a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática” (SANTOS, 2006, p. 43). É uma utopia porque almeja uma

transformação radical da sociedade: seus modos de produção, suas relações sociais, seus universos simbólicos e sua relação com a natureza. Realista porque se baseia num princípio de realidade: a contradição entre a natureza, que é finita, e a acumulação do capital, que é tendencialmente infinita. E é democrática porque aspira à repolitização da sociedade e ao exercício da cidadania.

Leff (2001, 2006) aponta que a saída é a passagem da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental na maneira de organizar a sociedade. A racionalidade ambiental traria a ressignificação da cidadania porque promove a participação democrática nas decisões de uso e manejo dos recursos naturais. Também potencializa a capacidade criativa ao instigar a criação de novos modelos de organização e produção social. E é uma nova mentalidade aberta à diferença, pois entende que cada cultura tem o direito à autonomia. “Colocar em ação uma estratégia ambiental de desenvolvimento implica a ativação de práticas sociais alternativas, a partir da transformação das relações de poder no saber e na produção” (Leff, 2006, p. 105).

Para o autor, o poder simbólico da razão totalitária e o poder hegemônico das leis de mercado limitam o pensamento crítico e a ação criativa. A qualidade de vida é buscada através da “satisfação de necessidades reguladas pela racionalidade econômica” (LEFF, 2001, p. 121). Mas essa busca torna-se insaciável, pois não são essas coisas que trazem sentido à vida, o que gera uma “demanda infinita de mercadorias transbordando sobre a natureza finita”. Essa situação acaba levando à desvalorização da própria vida:

O mundo da vida é um mundo de sentidos e solidariedades compartilhadas, que se entrelaçam na compreensão dos conhecedores, do diálogo de seus saberes, da diversidade de seres que sonham seus sonhos e que se encontram nessa mutualidade de viver a vida como desejo, como utopia, como abertura para o real possível (LEFF, 2001, p. 451).

Outra proposta diante da crise ambiental é a ecosofia de Guattari (2001): uma articulação entre a ecologia do ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana. Além de ressignificar a sua relação com o ambiente, a sociedade também deve reinventar maneiras de “ser-em-grupo” - seja na família, no ambiente social, no trabalho – e os sujeitos modificarem sua relação com o corpo, com o inconsciente, com o tempo, para fugir dos padrões impostos. Gattari entende que só uma transformação radical em todos os níveis pode trazer uma solução para a crise ambiental, uma vez que o capitalismo se infiltrou em todas as esferas da vida:

A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em ‘intenção’ – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal (GUATTARI, 2001, p. 33)

Gattari (2001) acredita que a crise ecológica se deslocará para o primeiro plano das lutas sociais por ser “transversal” a todas as outras problemáticas, assim como Leff (2001) considera a questão ambiental o “ponto de inflexão” na história e Santos vê a utopia ecológica como a única “utopia realista”. Esses autores têm em comum a crítica à sociedade capitalista e aos rumos que o projeto de modernidade tomou, sendo incapaz de atender aos anseios de emancipação e criando novas “prisões” ao ser humano. Bauman (2001, p. 24) define liberdade como o equilíbrio entre desejo, imaginação e capacidade de agir. Para nos sentirmos livres, existem duas opções: reduzirmos nossos desejos e/ou imaginação, ou ampliarmos nossa capacidade de agir. A modernidade derreteu os sólidos das sociedades que a antecederam, mas criou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos, que limita a capacidade de agir do ser humano.

No entanto, não se trata de negar os princípios e valores que impulsionaram o nascimento dessa sociedade. A revolução burguesa, como observa Marx, liberou a capacidade e os esforços humanos para o desenvolvimento, para a renovação dos modos de vida social e pessoal (BERMAN, 2007). Os ideais iluministas não deixam de representar um caminho para a emancipação do ser humano:

A Ilustração foi, apesar de tudo, a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância, que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era de um saber posto a serviço do homem, e não o de um saber cego, seguindo uma lógica desvinculada de fins humanos (ROUANET, 1987, p. 27).

A ciência evolui baseada na premissa de que o pensamento lógico é neutro e nesse processo, separou a ética do pensamento científico. No mundo do pensamento encantado, os

mitos e crenças que explicavam o mundo também eram reponsáveis pelos valores éticos que ordenavam a sociedade. Quando a ciência passa a explicar o mundo através de sua racionalidade, não só rejeita as explicações anteriores, como também a ética inerente a elas. E essa abolição da ética tornou-se a lógica do pensamento científico: “a evolução científica consistindo no fato de a consciência se libertar dos valores éticos que explicavam o mundo” (BUARQUE, 1990, p. 12). Essa questão se agrava quando a ciência deixa de ter um papel apenas explicativo e passa a ter o poder de transformar o mundo. E sem uma ética reguladora, esse poder passa a criar ameaças para a própria vida. Para conter essa situação, é necessário que a ciência incorpore valores morais ao uso do seu poder, não recorrendo ao passado mítico, mas “crenças em valores que os próprios homens têm de desenvolver ou descobrir” (BUARQUE, 1990, p. 13).

Santos (2006, p. 42) defende que em tempos de mudanças paradigmáticas, as utopias são mais necessárias do que nunca. E talvez as utopias ambientais possam fornecer esse novo conjunto de valores para a organização de nossa sociedade. Para que a ciência esteja a serviço do ser humano e para que possamos nos libertar das limitações impostas pela racionalidade econômica, ampliando nossa capacidade de agir e seguirmos no nosso caminho da emancipação.

3.2 As mudanças climáticas

Segundo Castoriadis (1987, p. 137), os problemas ambientais causados pela industrialização e pelo crescimento econômico foram “descobertos”, quando se começou a questionar o “preço” que “os seres humanos e as coletividades tinham que ‘pagar’ pelo crescimento”. O uso do termo “descoberta” refere-se ao fato de que esses problemas nascem junto com o modo de produção capitalista, mas até então tinham “passado em silêncio”. De acordo com Hannigan (1995, p. 11), os problemas ambientais “não se materializam por eles próprios”, eles são “construídos” socialmente – por indivíduos e organizações – que os definem como objeto de preocupação e demandam uma solução para o problema. É preciso deixar claro que essa visão “construcionista” não nega a existência da crise ambiental, apenas busca explicar como algo que antes não era visto como problema passa a sê-lo.

O modelo de Hannigan (1995) sobre a formulação social dos problemas ambientais é bastante útil para demonstrar o processo de legitimação dos mesmos na sociedade. O modelo

estabelece quais são as etapas do processo, desde a constatação do problema, a sua legitimação, até o momento em que se torna tema de debate público e foco de atenção na formulação de políticas para solucioná-lo. O autor também aponta quais são os fatores necessários para que um problema tenha êxito em sua construção. A seguir, demonstraremos esse modelo, aplicando-o ao caso das mudanças climáticas.

No processo de formulação dos problemas ambientais, Hannigan (1995) afirma que existem três etapas fundamentais a serem cumpridas, as quais chama de reunião, apresentação da tarefa e contestação.

A primeira etapa, chamada de reunião, é o momento da descoberta do problema, de sua definição (o que é esse problema, quais são suas causas e consequências) e de determinação das exigências, ou seja, o que precisa ser feito para solucioná-lo. Geralmente, os problemas ambientais são originados no domínio da ciência, porque as pessoas não têm o conhecimento nem os recursos necessários para encontrá-los (HANNIGAN, 1995, p. 58). Mas muitas questões podem surgir a partir de experiências vividas por aqueles cujo trabalho ou modo de vida os colocam em contato direto com a natureza, como os agricultores ou comunidades tradicionais. No entanto, a validação por uma autoridade científica é um importante fator para o êxito da legitimação do problema, visto que a racionalidade científica ocupa uma posição hierárquica superior sobre o conhecimento popular e o saber tradicional.

A questão das mudanças climáticas é fruto de mais de um século de estudos científicos. Já no século XIX - com o aumento de estações meteorológicas nos continentes e nos oceanos e com avanços no entendimento sobre o funcionamento do clima – surgem as primeiras indagações sobre a capacidade do ser humano de interferir no clima (WEART, 2007b). Em 1986, um cientista sueco publica um estudo onde diz que a queima de combustíveis fósseis poderia levar ao aumento da temperatura da Terra, mas nesse momento essa teoria é considerada pouco plausível.

Na década de 1930, um aumento da temperatura é percebido pelas populações dos Estados Unidos e de países do Atlântico Norte. Mas esse fato é considerado um ciclo natural, a não ser pelo engenheiro e inventor G. S. Callendar, que defendia o aumento do efeito estufa. A partir dos anos 50, as pesquisas sobre o clima aumentaram, impulsionadas pelos investimentos financeiros vindos, principalmente, de órgãos militares, que consideravam o entendimento do clima um fator estratégico no contexto da Guerra Fria. O aperfeiçoamento das técnicas e cálculos levou à constatação de que a concentração de dióxido de carbono estava aumentando e isso

poderia causar o aquecimento do planeta. A ascensão do ambientalismo a partir dos anos 60 contribuiu para aumentar as preocupações sobre as questões climáticas. Começam a ser organizados painéis de estudos em todo o mundo que resultam em alertas de que as mudanças climáticas poderiam se tornar uma ameaça grave. E, nesse momento, existia uma grande concordância entre os pesquisadores de que os estudos sobre o tema devem ser aprofundados (WEART, 2007b).

Desde então, as pesquisas científicas sobre o clima têm evoluído, bem como os instrumentos de previsão, através de modelos matemáticos e uso de supercomputadores. Com a criação do IPCC, em 1988, os estudos sobre as mudanças climáticas foram reunidos e sistematizados. Em 2001, o IPCC estabelece um “consenso” de que o aquecimento global era inevitável, apesar de ainda restar incertezas científicas. E em 2007, o quarto relatório do Painel afirma que os cientistas estão mais confiantes do que nunca de que o aquecimento é causado pelas atividades humanas (WEART, 2007b).

O aquecimento global é um acontecimento situado dentro de um fenômeno mais amplo: as mudanças climáticas. Ele refere-se ao aumento da temperatura média da Terra em pouco menos de 1°C durante os últimos cem anos. O clima é definido como a média das condições meteorológicas – temperatura, velocidade dos ventos e precipitação – em um período de trinta anos. O sistema climático (que determina o clima) é resultado da interação entre ar, água, gelo, terra e vegetação. Esse sistema evolui no tempo sob a ação de forças internas e externas. As forças internas são a circulação atmosférica e oceânica, que provocam fenômenos como o El Niño. As forças externas podem ser naturais, como as variações de energia emitida pelo Sol, ou de origem humana, como a modificação da composição da atmosfera.

O Sol é o principal determinante do sistema climático do planeta. Do total de energia radioativa que a Terra recebe, 30% é refletido para o espaço e 70% é absorvido e reemitido em forma de calor. A Terra se mantém em equilíbrio radioativo, perdendo para o espaço a mesma quantidade de energia que recebe, principalmente em forma de calor. No entanto, uma parte desse calor é absorvida pelos gases de efeito estufa e reemitido de volta para a superfície. É esse processo que mantém a temperatura média da Terra em 14°C, caso contrário, essa temperatura seria de -19°C, o que tornaria o planeta um ambiente impróprio para a vida (OLIVEIRA, 2008).

Os estudos sobre o aquecimento global apontam que a ação humana está interferindo no clima ao aumentar a concentração dos gases de efeito estufa, principalmente o gás carbônico (ou

dióxido de carbono), através da queima de combustíveis fósseis, a partir do século XIX, com o advento da era industrial:

A concentração de dióxido de carbono, de gás metano e de óxido nitroso na atmosfera global tem aumentado marcadamente como resultado de atividades humanas desde 1750, e agora já ultrapassou em muito os valores da pré-industrialização determinados através de núcleos de gelo que estendem por centenas de anos. O aumento global da concentração de dióxido de carbono ocorre principalmente devido ao uso de combustível fóssil e a mudança no uso do solo, enquanto o aumento da concentração de gás metano e de óxido nitroso ocorre principalmente devido à agricultura (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC, 2007c, p. 2).

As previsões do último relatório do IPCC (2007c) estima que para os próximos vinte anos haverá um aquecimento de 0,2°C por década se os níveis de emissão de gases-estufa continuarem crescendo. E mesmo que essas emissões permaneçam estáveis, ainda espera-se um aquecimento de mais de 0,1°C por década.

O relatório também traz previsões sobre as consequências das mudanças no clima: redução da capacidade de resistência de muitos ecossistemas, provocada pelo aumento das inundações, secas, acidificação do oceano; ameaças à população localizada em áreas costeiras e regiões inundáveis dos rios; comunidades pobres podem ser mais afetadas devido a sua capacidade adaptativa menor, comprometendo seu acesso à comida e água; aumento dos problemas de saúde, através do aumento da má nutrição; mortes, doenças e contusões devido às ondas de calor, inundações, tempestades, queimadas e secas; entre outras consequências.

O enfrentamento das mudanças climáticas é apontado através de dois caminhos: a adaptação e a mitigação. A adaptação consiste na adoção de medidas que reduzam a vulnerabilidade da sociedade e aumentem a capacidade de recuperação perante os efeitos das mudanças do clima. A mitigação visa frear o aquecimento, através, principalmente, da redução da emissão de gases de efeito estufa (IPCC, 2007a).

Os conceitos complexos que envolvem as mudanças climáticas – como sistema climático, modelos matemáticos – e a dificuldade de experienciá-las no cotidiano – pois é um fenômeno que ocorre em escala planetária, em um período de mais de cem anos – representam uma barreira para que essa questão seja legitimada perante a sociedade. Para superar essa barreira, Hannigan (1995) diz que são necessários propagadores que façam a ligação entre ambientalismo e ciência, ou seja, que “traduzam” os estudos científicos. Algumas questões têm construções mais compreensíveis, como a extinção. Outras só se tornam compreensíveis em determinados contextos. No caso do

aquecimento global, o verão anormalmente quente de 1988 nos Estados Unidos permitiu que ele fosse sentido como uma experiência concreta, o que deu visibilidade à questão.

O papel de propagador coube em parte ao IPCC, pois sua função é ser uma referência aos formuladores de políticas; e também a grupos ambientalistas organizados, como o Greenpeace, que atua basicamente através de ações que alcancem visibilidade nos meios de comunicação de massa; além de figuras que tenham projeção política, como o ex-vice-presidente americano Al Gore.

Nessa segunda etapa de formulação dos problemas ambientais – a apresentação da tarefa – os meios de comunicação de massa representam o principal canal de legitimação perante a sociedade. E para que o problema atraia a atenção do público, ele deve ser estruturado como novidade e importante. Uma maneira eficiente de isso ocorrer é a dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais: “as catástrofes ambientais são o ‘sal’ da cobertura noticiosa. Elas envolvem frequentemente danos ou perdas de vida ou a possibilidade de isso vir a acontecer” (HANNIGAN, 1995, p. 88).

Enquanto alguns problemas conseguem atrair a atenção do público, outros fracassam nessa tarefa. Hannigan (1995) aponta algumas características dos problemas que atraem a atenção. Eles devem exigir uma decisão governamental; relacionar-se com os interesses de um número significativo de cidadãos e com questões que tragam empatia; não serem percebidos como um fenômeno que ocorre apenas uma vez e serem familiares, ou seja, precisam fazer parte do imaginário social. Para que o problema se torne familiar, é preciso que os meios de comunicação dediquem grande atenção a ele. Mas isso pode, por outro lado, levar ao desinteresse do público pelo problema, principalmente se não surgir nada de novo.

O aquecimento global é uma questão que possui essas características, pois vem sendo apresentado como um fenômeno que já está trazendo consequências para o ambiente e para a humanidade, e a previsão é de que seus efeitos se tornem ainda mais devastadores, ameaçando a vida no planeta, o que demanda o seu enfrentamento. E é um dos problemas ambientais que mais recebe atenção nos meios de comunicação, mantendo-se em pauta ao passar dos anos. Essa permanência deve-se também ao fato de ser uma questão que se estabeleceu como tema de debate político e econômico.

Outra observação pertinente é a tendência que as questões ambientais têm de serem percebidas como “cegos” às contradições de classe:

[...] pode-se dizer que o conjunto principal de seus referentes conforma uma matriz - o relacionamento homem/natureza - que é difundida ou apropriada de maneira mais neutra do que outras que partam do relacionamento homem/homem, enfatizando-o ou assegurando-lhe lugar central em suas arquiteturas teóricas e interpretativas. Esta pode ser uma das razões por que políticos de todos os matizes aderem a discursos ambientalistas e por que os chamados "investimentos verdes" estão gerando um mercado próprio em países como os Estados Unidos (RIBEIRO, 1992, p. 25).

A última fase de formulação do problema ambiental é o momento em que se apela à ação e busca-se a mobilização de apoio, é a fase de contestação ou discussão dos problemas, que ocorre, principalmente, no âmbito da arena política (HANNIGAN, 1995, p. 68). Para obter êxito nessa fase, é importante a existência de um patrocinador institucional, que garanta a legitimidade e a continuidade das discussões.

No pós-guerra, houve um aumento das organizações multilaterais, como a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, a instituição financeira de Bretton Woods, e os primeiros passos da criação da União Européia. E esse movimento também ocorre na ciência, e umas das associações internacionais criadas foi a Organização Meteorológica Mundial – WMO, que logo se torna uma agência das Nações Unidas. Com o aumento da colaboração entre os cientistas, percebeu-se que as questões ambientais exigiam uma abordagem multinacional e uma padronização global das pesquisas (WEART, 2007a).

Em 1971, em Estocolmo, é organizada a primeira reunião para tratar exclusivamente das mudanças no clima provocadas pelo ser humano, denominada Estudo do Impacto Humano do Clima – SMIC. Essa reunião contou com a presença de pesquisadores de 14 países e recebeu financiamento do setor privado e de governos. Um dos objetivos da SMIC foi a organização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, no ano seguinte e também em Estocolmo. No mesmo ano, é criada o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – PNUMA, uma agência da ONU para tratar exclusivamente das questões ambientais, onde as mudanças no clima eram uma das preocupações (WEART, 2007a).

Em 1986, a WMO, o PNUMA e o Conselho Internacional para a Ciência – ISCU (fundado em 1931 para promover a atividade científica internacional) estabeleceram o Grupo Consultivo sobre Gases de Efeito Estufa – AGGG, formado principalmente por cientistas e instituições que já defendiam políticas para conter as mudanças climáticas. Esse grupo manteve as questões sobre o clima em evidência, através de ações como o Protocolo de Toronto, mas

carecia de apoio financeiro e legitimidade. Sua dependência do financiamento privado e suas conexões com ambientalistas levantaram suspeitas de que suas recomendações eram partidárias (WEART, 2007a).

Governos conservadores, liderados pelos Estados Unidos, preocupados com os posicionamentos críticos do AGGG e com a influência da ONU, passaram a defender a formação de um novo grupo para o debate das políticas sobre mudanças climáticas, que seria controlado pelos governos. Nasce, então, com a colaboração da WMO e do PNUMA, o Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas – IPCC, em 1988, que se torna a principal referência nas discussões sobre o clima (WEART, 2007a):

Sua missão foi explicitamente definida: produzir de forma abrangente, objetiva, aberta e transparente a informação científica, técnica e socioeconômica relevante para o entendimento das bases científicas do risco da mudança do clima induzida pelo homem, seus impactos potenciais e opções para adaptação e mitigação. (...) O primeiro relatório foi completado em 1990 e teve grande importância para o estabelecimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 1992. O segundo relatório, de 1995, contribuiu para as negociações que levaram à adoção do Protocolo de Kyoto em 1997. Em 2001, foi publicado o terceiro relatório que se consagrou como referência para o fornecimento de informações para as deliberações nas Conferências das Partes. Finalmente, o quarto relatório, de 2007, consolidou o progresso científico desde 2001 e aprofundou o conhecimento das influências antrópicas sobre o clima. (OLIVEIRA, 2008, p. 19).

O relatório de 2007 (IPCC, 2007c) contribuiu para colocar em evidência o debate sobre as mudanças climáticas ao afirmar que há uma “confiança muito alta”⁴ de que as atividades humanas desde 1750 estão provocando o aquecimento do planeta. Outros acontecimentos nesse mesmo período também contribuíram para aumentar o debate em torno do tema. Em 2006 foi lançado o documentário “Uma verdade inconveniente”, onde o ex-vice-presidente americano Al Gore relata as ameaças do aquecimento global, filme que foi premiado com Oscar de melhor documentário em 2007, recebendo grande repercussão nos meios de comunicação. Em 2007 também, Al Gore e o IPCC receberam o Nobel da Paz, por sua divulgação das mudanças climáticas. No ano de 2006, foi divulgado o Relatório Stern, produzido para entender os desafios

⁴ O termo “confiança” é usado no relatório para expressar os julgamentos apropriados com relação ao que está correto na ciência em questão. “Confiança muito alta” significa que as chances de estar correto são de nove em dez (IPCC, 2007c, p. 2).

econômicos diante das mudanças no clima. Segundo esse relatório, é necessário o investimento de 1% do PIB mundial para se evitar uma perda de 20% do mesmo em um prazo de 50 anos. Esse relatório teve um papel fundamental para que a discussão econômica sobre as mudanças do clima ganhassem força. (VEIGA; VALE, 2008, p. 84).

Dentro do debate político e econômico, as propostas para resolução do problema ambiental têm mais chances de sobreviver quando são compatíveis com os valores dos formuladores de políticas: “os argumentos feitos com interesses financeiros em mente – números e estatísticas traduzidas em dólares – têm mais possibilidade de encontrar eco do que aqueles apresentados unicamente com base nas justificações morais” (HANNIGAN, 1995, p. 69). Além disso, deve haver a percepção de que existem incentivos econômicos para a resolução.

As soluções para mitigação apontadas pelo relatório do IPCC (2007b) baseiam-se em instrumentos de política econômica e no desenvolvimento de tecnologias. O relatório indica quais são as tecnologias “chaves” (as disponíveis e as estimadas para comercialização a partir de 2030) para diversos setores: fornecimento de energia, transporte, construção, indústria, agricultura, florestas, gerenciamento do lixo.

Na área econômica, são apontadas políticas que forneçam um preço real para o carbono e que criem incentivos para produtores e consumidores, de forma a gerar investimentos em produtos, tecnologias e processos com baixo índice de emissão de gases de efeito estufa. Tais processos podem incluir instrumentos econômicos, financiamento governamental e regulamentação (IPCC, 2007b). Segundo o relatório, o apoio governamental deve atuar por meio de contribuições financeiras, crédito de impostos, estabelecimento de padrões e criação de mercado, para assim fomentar o desenvolvimento eficaz de tecnologia, inovação e aplicação. Bem como criar condições de transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Mudanças nos padrões de comportamento e de estilo de vida poderiam contribuir para a mitigação, promovendo o desenvolvimento de uma economia com baixo uso de carbono através de mudanças nos padrões de consumo, do gerenciamento e redução do uso de energia, de mudança nos padrões de transporte, entre outros.

O Protocolo de Kyoto é considerado uma realização notável, capaz de estabelecer uma resposta global para o problema climático, através do estímulo à criação de políticas nacionais, da criação de um mercado internacional de carbono e de novos mecanismos institucionais (IPCC, 2007b, p. 21). No entanto, o protocolo recebe críticas mesmo daqueles que aceitam as propostas

do IPCC, considerando-o uma solução “meio-termo”, pois a não adoção de medidas radicais para a redução de emissão de gases de efeito estufa equivale a duvidar que o IPCC esteja certo (VEIGA, 2008).

Para os críticos da racionalidade econômica que orienta o debate, os mecanismos de mitigação derivados do protocolo “não permitiriam reduzir as emissões além daqueles níveis que não contradissem as condições e interesses do mercado” (LEFF, 2006, p. 154). A criação do mercado de carbono, por exemplo, fornece “licenças de emissão de gases de efeito estufa” para os países industrializados, que podem compensar suas emissões ao investir em créditos de carbono, cujos preços não são calculados segundo o valor real da natureza, mas pelo poder de negociação das partes.

O debate sobre as mudanças climáticas, orientado pelos relatórios do IPCC e por interesses políticos e econômicos, fica restrito às idéias do desenvolvimento sustentável. Defende o desenvolvimento de tecnologias e mecanismos de mercado, sem haver um questionamento sobre as reais causas do desequilíbrio ambiental, que são também as causas do desequilíbrio social. Apontam como solução os mesmos fatores que causam a crise ambiental. Dessa maneira, o discurso ambiental reproduz a mesma lógica capitalista, limitando o debate sobre as possibilidades de transformação da sociedade.

4 A TELEVISÃO

4.1 Televisão e esfera pública

Como discutimos anteriormente, os meios de comunicação de massa são o principal fórum para a legitimação das questões ambientais perante a sociedade (HANNIGAN, 1995). No entanto, essa característica não se aplica somente aos problemas ambientais. Ela está relacionada à constituição da esfera pública, onde os meios de comunicação de massa representam o principal canal de visibilidade e legitimação para a discussão de temas públicos.

Para realizar a discussão sobre esfera pública adotamos a visão de Habermas (1962), que localiza o seu surgimento no desenvolvimento da economia capitalista. Daí a definição habermasiana de esfera pública burguesa. Com essa definição, há a exclusão de outras manifestações de natureza semelhante, como a esfera pública plebéia, que, segundo Habermas, tornam-se subordinadas à esfera pública burguesa (SILVA, 2001, p. 2). A esfera pública burguesa pode ser entendida como um reflexo do mercado econômico que se estabelecia: é a reunião de pessoas privadas em público, para reivindicar perante o Estado questões relativas a sua atividade privada – a produção econômica – que passava a ter relevância pública.

A esfera pública burguesa desenvolveu-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de modo tal que ela mesma se torna parte do setor privado. A separação radical entre ambas as esferas, na qual se fundamenta a esfera pública burguesa, significa inicialmente apenas o dismantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada. Com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do “social”, que implode as limitações da dominação feudal e torna necessárias formas de autoridade administrativa (HABERMAS, 1984, p. 169).

A origem da esfera pública burguesa, de caráter político, pode ser situada na esfera pública literária, apolítica. A esfera pública literária nasce no final do século XVII, nos cafés da Inglaterra, salões da França e comunidades comensais da Alemanha e é onde os indivíduos dão seus primeiros passos na reflexão crítica pública. Nestes círculos, são tecidas críticas a livros, obras de arte, peças de teatro, baseadas no princípio de que qualquer leigo pode emitir opiniões sobre a arte. Isso resultou na concepção de crítica da arte como troca racional de argumentos: “a

crítica assume-se, kantianamente, como o princípio do iluminismo: uma crítica sustentada na razão, uma crítica da própria razão” (SILVA, 2001, p. 123). As discussões norteavam-se por critérios de igualdade de status (o argumento prevalece sobre a hierarquia social), de universalização da cultura (que se transforma em mercadoria, sendo acessível a todos) e de não fechamento ao público (todos os problemas tratados em público estão acessíveis a todos, embora “todos” seja um grupo restrito de indivíduos) (LEONÍDIO, 2010, p. 178).

A transformação da esfera pública literária em esfera pública política ocorre quando o princípio da soberania absoluta do monarca passa a ser questionado, abrindo o caminho para o debate público de questões de Estado. É na esfera pública que os indivíduos fazem suas críticas e demandas ao governo e é através dela que o Estado precisará, de agora em diante, legitimar-se. Configura-se, aí, a opinião pública. “O auto-entendimento da função da esfera pública burguesa cristalizou-se nos topos da ‘opinião pública’” (HABERMAS, 1984, p. 110). A opinião pública seria formada pelo debate racional de idéias e de pontos de vistas com o objetivo de se chegar a um consenso sobre os assuntos de interesse coletivo. E através dela a atividade do Estado seria regulada.

A opinião pública é o recurso por meio do qual, no dizer de Habermas, a esfera pública faz a intermediação entre Estado e as necessidades da sociedade. Ou ainda, aquela perante a qual, por força das pessoas privadas, o poder público tenta se legitimar no grande fórum da esfera pública. (BUCCI, 2002, p. 44).

Ainda antes de assumir um caráter político, as discussões da esfera pública já haviam chegado aos jornais, diante da necessidade de se manter a coesão, com o crescimento do número de freqüentadores dos círculos de debate. Esses jornais, cujo conteúdo era a crítica à arte e à cultura, transformaram-se não apenas em objeto de discussão, mas eram vistos como parte das mesmas. Quando começou a ser tematizada na esfera pública, a política também passou a ocupar as páginas dos jornais, estabelecendo o jornalismo de opinião. Este é considerado por Habermas como a primeira forma de jornalismo, embora houvesse formas prévias do mesmo, nos séculos XVI e XVII, que se caracterizam por conteúdos sensacionalistas e frívolos e objetivos primordialmente comerciais (SILVA, 2001, p. 124). Mas a escolha de Habermas, de localizar a origem do jornalismo no jornalismo de opinião, deve-se ao fato de que a imprensa só se estabelece quando assume sua condição de máquina de propaganda ideológica, seja de propagação dos ideais iluministas, seja de legitimação da estrutura social burguesa. É a imprensa

de opinião que alimenta e estabelece a esfera pública como núcleo das primeiras sociedades democráticas (BUCCI, 2002, 40-41).

Situar a origem da esfera pública política na esfera pública literária resulta na concepção de que ela não nasceu subordinada ao modo de produção capitalista: “o raciocínio das pessoas privadas nos salões, clubes e associações de leitura não estava subordinado de modo imediato ao ciclo de produção e do consumo, ao ditame da necessidade existencial” (HABERMAS, 1984, p. 190). As pessoas que ali discutiam estariam conscientes de seu duplo papel de proprietário (*bourgeois*) e pessoa natural (*homme*), havendo uma separação entre “negócios e a sociabilidade que liga as pessoas privadas enquanto público”. Mas essa distinção desaparece à medida que a esfera literária avança no âmbito do consumo:

Se o tempo de lazer permanecer preso ao tempo de trabalho como seu suplemento, nele só pode ter continuidade a perseguição dos negócios próprios de cada um, sem poder converter-se na comunicação pública das pessoas privadas entre si. (...) Se as leis do mercado, que dominam a esfera do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social, também penetram na esfera reservada às pessoas privadas enquanto público, o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da comunicação pública dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada (HABERMAS, 1984, p. 190).

No entanto, existem contradições sobre a autonomia da esfera pública literária em relação à ideologia capitalista: “antes que o círculo literário se conflagre, dá-se um estreitamento de interesses entre os jornais e a autoridade. Mais que isso: a autoridade passa a ver nos jornalistas um veículo para as suas razões de Estado”. Por outro lado, “literatos conquistavam notoriedade financiados pelo dinheiro dos aristocratas e do Estado” (BUCCI, 2002, p. 40):

A instalação desse tipo de cooperação entre a autoridade estatal e a corte aristocrática de um lado, e o escritor e o jornalismo de outro, essa simbiose política emoldurada pelo cultivo de boas maneiras, é a premissa do que virá a seguir: a transformação da imprensa num conjunto de veículos que, mais do que informar, destinava-se a propagar os ideais liberais (BUCCI, 2002, p. 40).

De acordo com Bucci (2002), a esfera pública é uma materialidade histórica, e sua materialidade é a troca de informações exigida pelo mercado. Ela é a “face pública” de uma atividade privada, a produção comercial, que, à medida que avança, torna-se publicamente relevante. Com a evolução do mercado, da troca de mercadorias, cresce a necessidade de troca de informações entre os comerciantes. E é essa necessidade de comunicação, voltada para os negócios, que “precipitará os primeiros ensaios de construção de uma esfera pública” (BUCCI,

2002, p. 34). Antes de ser um local para o debate de idéias, a esfera pública surge como demanda do mercado, como um local para troca de informações para o comércio. E é nela que o “comerciante burguês adquire a visibilidade de cidadão em diálogo com outros cidadãos” (BUCCI, 2002, p. 34). A esfera pública burguesa é a reunião de sujeitos privados, reunidos em público, para discutir questões relativas às suas atividades privadas (a troca e a produção de mercadorias - que passam a ter relevância pública) perante o Estado e contra sua autoridade, a fim de discutir as leis que regulamentam o comércio e o trabalho (HABERMAS, 1984, p. 42).

A necessidade de troca de informações entre comerciantes espacialmente distanciados levou a utilização dos jornais como meio de comunicação. E se por um lado as informações dos jornais serviam às trocas de mercadorias, por outro, essas informações também se transformaram em mercadorias. Isso implica em uma característica estrutural do espaço público: como é um espaço baseado na troca de informações e estas passam a ser postas como mercadorias, o espaço público se transforma em um sistema de troca da mercadoria-informação (BUCCI, 2002, p. 35).

A evolução da imprensa pode ser dividida em três fases. A primeira é a simples circulação de informações; a segunda, o jornalismo de opinião, suporte de reivindicações e críticas. A terceira fase é o momento que a imprensa “abandona sua posição polêmica e assume as chances de lucro de uma empresa comercial”, organizando-se sob a forma de grandes monopólios (LEONÍDIO, 2010, p. 180). Surgem os meios de comunicação de massa, que alteram a esfera pública. Monopolizados pelo capital, os meios de comunicação não mais têm o objetivo de debater idéias e emitir opiniões, baseadas no diálogo racional. Sua orientação é para o lucro, para o incentivo do consumo, dirigindo-se às pessoas não mais como público, mas como massa de consumidores. Com a transformação do público em massa, não há mais opinião pública, pois não há mais espaço para o debate de idéias. A opinião pública só pode existir agora como “farsa” ou “ilusão” (BUCCI, 2002).

Para a esfera pública burguesa no século XIX, mediada pela imprensa, os jornais eram um sistema que fazia circular idéias, informações e opiniões; mas ela, esfera pública, emergia como um campo prévio à própria ação dos jornais. Para a “esfera pública expandida” pelos meios de comunicação de massa, contudo, o fator aglutinador não é mais a emergência de sujeitos da vida privada, mas a ação dos próprios meios. Agora a esfera pública não é mais refletida (critica e dialeticamente) na imprensa: ela é posta, como audiência, pelos meios (BUCCI, 2002, p. 58).

Agora, são os meios de comunicação de massa que promovem o espaço público, o que o torna, portanto, um espaço público midiático. Mas, sem o livre debate de idéias, que gera a opinião pública, o que poderia impedir que os meios de comunicação de massa se tornassem, exclusivamente, instrumentos de interesses econômicos e políticos daqueles que os possuem e os controlam? A condição de existência da esfera pública é a comunicação e esta só ocorre se for uma via de dois sentidos, é preciso que exista a “condição, ao menos potencial, para que os sujeitos dialoguem no espaço público, mesmo que dialoguem assimetricamente” (BUCCI, 2002, p. 85). Dessa maneira, a esfera pública está sujeita às contradições da sociedade. Contradições que surgem na vida cotidiana, na produção de subjetividade, na socialização, que podem escapar à lógica capitalista. Embora seja uma relação desproporcional, – a capacidade de influência dos meios de comunicação de massa sobre a vida social é infinitamente maior do que a capacidade das pessoas de interferir nos meios de comunicação – o espaço público deve ser permeável, ao menos potencialmente, caso contrário não seria público (BUCCI, 2002, p. 97).

Tendo definido o espaço público como um espaço midiático, que se localiza dentro das fronteiras dos meios de comunicação de massa, partiremos agora para análise de como a televisão alcançou hegemonia nesse espaço, transformando-o, segundo Bucci, no “telespaço público”: “o telespaço público é o espaço social gerado pela imagem ao vivo. Ele é base para institucionalizações mais ou menos formais de debates específicos” (BUCCI, 2002, p. 121). É a televisão que dá a palavra final sobre os temas do debate público e é ela também que confere o *status* de veracidade: “a realidade só é realidade de verdade quando aparece na televisão. De outro lado, aquilo que é elevado à condição de imagem eletrônica na visualidade televisiva adquire instantaneamente a chamada relevância pública” (BUCCI, 2002, p. 123).

A hegemonia que a televisão adquire é resultante das disputas que se estabelecem dentro do espaço público nos processos de significação. A significação é um processo, é a união entre significante e significado, e o resultado dessa união é o signo. Na disputa pelo significado estão as instituições sociais (Igreja, Estado, família, escola, mercado) que “competem para estabelecer os conceitos e valores que terão validade para todos os demais” ou “definir a hierarquia entre as idéias” (BUCCI, 2002, p. 112). Nessa disputa os meios de comunicação de massa prevalecem sobre as demais instituições, sendo eles que “decidem” quais os significados, quais as interpretações de mundo que são válidas. Ou seja, dentre as diversas representações de mundo construídas pelas instituições sociais, prevalecem aquelas que são reproduzidas pelos meios de

comunicação de massa. No nível do significante, ou seja, dos modos de narrar e de representar – palavra impressa ou falada, fotografia ou imagem em movimento – a disputa ocorre entre os diversos meios de comunicação de massa. E é a televisão, o padrão da imagem ao vivo, que adquire hegemonia, quase “supremacia”:

Esse padrão é o padrão da imagem na tela. O padrão do espetáculo visual. O padrão da cobertura ao vivo, com cenas ao vivo. É o padrão do mundo todo convertido no grande espaço público em tempo real. Ele não resultou de um projeto político de uma classe social, por mais que queiram assim os que acreditam nas conspirações movendo a História. É ainda mais grave: é esse padrão quem fornece os parâmetros em que as classes sociais se enfrentam com seus projetos políticos. É algo que deslizou, por fora do controle da humanidade (BUCCI, 2002, 117).

A televisão é a “instância da imagem ao vivo”, que se torna a instância da própria verdade. Mesmo que as imagens que reproduza não sejam ao vivo, a televisão está permanentemente ligada e “o mundo permanentemente ligado nela. Ou por ela” (BUCCI, 2002, p. 120). E no telespaço público – o espaço público gerado pela televisão, pela imagem ao vivo – as instituições sociais não fornecem mais o paradigma final, apenas disputam entre si para que o seu paradigma alcance a instância da televisão.

A televisão funciona, para Bucci, como língua. Ela é um conjunto de signos, e de discursos, que estabelecem o vínculo social da comunicação. E a língua e os signos são locais de conflito: os significantes (escrita, pronúncia) e os significados são constantemente determinados e também transformados. Assim, tanto a língua, os signos, e o espaço público, ou telespaço público, são palcos de contradição e conflito – sobre os significados e significantes – e são também resultado das contradições e conflitos. E a linguagem da televisão, para se manter viva, para estabelecer vínculos entre sujeitos, ela também precisa se sujeitar “ao todo”, ou seja, compartilhar dos mesmos valores, das mesmas ideologias que mantêm os vínculos sociais. E ao fazer isso, ela os reproduz, legitimando-os, naturalizando-os. Da mesma forma, ela irá também refletir as contradições que surgem na sociedade.

Para Fairclough (1995), os discursos dos meios de comunicação de massa devem ser considerados locais de processos complexos e, freqüentemente, contraditórios. Esses discursos atuam ideologicamente, mas também são bens de consumo; têm a finalidade de entreter e informar; são produtos culturais com uma estética própria; e, ao mesmo tempo, refletem e contribuem para as mudanças dos valores culturais e das identidades. Assim, as mudanças sociais

se manifestam em todas as “hesitações”, “incompletudes” e “contradições” nas práticas discursivas heterogêneas e mutantes dos meios de comunicação de massa.

Não consideramos, aqui, portanto, os meios de comunicação de massa como um “ambiente fechado”, que reproduz unicamente os discursos que representam interesses daqueles que os controlam (por meios econômicos ou políticos); discursos que seriam construídos intencionalmente com o objetivo de manipular as audiências. As tentativas de manipulação existem e ela só é possível na medida em que os discursos e os receptores desses discursos compartilham de valores semelhantes. No caso de nossa pesquisa esses valores seriam, como discutimos anteriormente, as idéias de progresso, de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável.

O discurso dos meios de comunicação de massa tem uma função ideológica, ao contribuir para a reprodução das relações sociais de dominação e exploração. No entanto, as representações ideológicas aparecem, geralmente, de maneira implícita nos textos, incorporadas na formas naturalizadas de usar a linguagem tanto pelos jornalistas, quanto pelas audiências e outros atores envolvidos na construção dos discursos, cuja coerência depende de pressupostos compartilhados por todos, depende do que é senso comum. É diferente de um discurso persuasivo, em que são usadas estratégias retóricas com o objetivo de convencer os leitores/telespectadores a adotarem o mesmo ponto de vista adotado pelo discurso. As ideologias, por sua vez, não são (normalmente) adotadas, elas são “tidas como certas” (*taken for granted*); não está em discussão sua validade, é um ponto de consenso entre os que produzem e os que recebem o discurso. Não devemos supor, também, uma cumplicidade constante entre meios de comunicação de massa e grupos políticos e econômicos dominantes. Embora em muitos casos os meios de comunicação possam parecer instrumentos desses grupos, existem pontos de conflito entre eles. E mesmo onde há cumplicidade, ela se realiza de diversas formas (FAIRCLOUGH, 1995).

De acordo com Fairclough (1995), fatores econômicos e políticos são determinantes importantes que influenciam as práticas e os textos dos meios de comunicação de massa. Estes são empresas comerciais, voltadas para o lucro, que é obtido com a venda de espaço para anúncios publicitários, cujos valores são fixados conforme os índices de audiência. Portanto, quanto maior a audiência, maior o lucro. No caso da televisão, a busca por audiência leva a produção de programas com forte apelo junto aos telespectadores, como as novelas. O sucesso comercial desse tipo de programa acaba influenciado a linguagem de outros, como os telejornais,

que passam a adotar formas de narrar semelhantes à ficção e com apelo a temas dramáticos, como o sofrimento humano. Os padrões de propriedade também são outro fator importante, pois representam barreiras para o acesso aos meios de comunicação de vozes dissidentes do *establishment* econômico e político. O Estado também tem interesse em controlar os discursos dos meios de comunicação, em especial a televisão, com sua grande capacidade de abrangência e penetração na sociedade e seu imenso potencial de influência.

Outro ponto apontado por Fairclough (1995) é que mesmo quando os discursos são críticos a autoridades e instituições, eles podem estar contribuindo para reproduzir e naturalizar ideologias, ao serem construídos sob os mesmos pressupostos e sentidos comuns das ideologias dominantes, ou seja, aceitando como dadas as características da sociedade capitalista contemporânea. Aqui devemos retomar os três aspectos onde o discurso atua nas construções de representação do mundo, que correspondem às três funções da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001): constituição das identidades sociais (função identitária), das relações sociais (função relacional) e dos sistemas de conhecimentos e crenças (função ideacional). Fairclough argumenta que há uma progressiva abertura das relações sociais, permitindo que as críticas nesse âmbito se ampliem (críticas a indivíduos, governos, empresas, etc.). Por outro lado, há um contínuo fechamento das representações sociais, ou seja, os críticos compartilham as mesmas ideologias de quem criticam (FAIRCLOUGH, 1995, p. 46).

Essa visão nos remete ao que Bauman (2001) fala sobre a crítica na sociedade contemporânea, onde há uma “hospitalidade à crítica”. A organização social atual “acomoda” as críticas, em uma “política de portas abertas”, permanecendo imune e até mesmo reforçada. Isso ocorre porque as críticas não são capazes de “alcançar os mecanismos complexos que conectam nossos movimentos com seus resultados e os determinam, e menos ainda as condições que mantém esses mecanismos em operação” (BAUMAN, 2001, p. 31). Esse pensamento pode ser completado por Leff (2001, p. 40), segundo o qual o projeto de emancipação da modernidade através da razão converteu-se em alienação, pois não somos mais capazes de compreender as causas do mundo em que vivemos; elas escapam a nossa necessidade de entendimento, de decisão e de ação.

4.2 A televisão no Brasil

No Brasil, o capitalismo não se estabeleceu da mesma maneira que ocorreu na Europa ocidental ou nos Estados Unidos. O modelo capitalista foi introduzido no Brasil no bojo da expansão comercial ultramarina, determinando no país uma economia rural baseada na mão-de-obra escrava. A estrutura social brasileira resultante do processo de colonização se caracteriza pelos traços rural e patriarcal. Em uma sociedade patriarcal, a autoridade vem da tradição; o clientelismo são os vínculos sociais baseados em relações de dependência econômica e política, resquícios da relação senhor/escravo. Os valores tradicionais e os vínculos de dependência estabelecem as relações de dominação. (DANIEL, 2008).

Essas práticas se perpetuam através de uma indiferenciação entre o que é público e o que é privado e/ou pessoal, configurando numa persistente subsunção do público no privado que interpõe obstáculos estruturais à constituição de uma ordem social moderna e democrática, baseada em leis impessoais e de validade universal. Há uma predominância de interesses privados das elites nas estruturas estatais e de práticas clientelistas no exercício da política e da administração pública (DANIEL, 2008, p. 34).

Segundo Fernandes (2009), esse tipo de estrutura social leva a uma indistinção entre patrimônio público e privado; a privilégios econômicos na exploração de concessões e formação de monopólios; a existência de uma rede de agregados e interesses privados em torno dos agentes políticos; a concessão de favores pelos agente públicos em troca de apoio político; e a concentração econômica. Essas características também estão presentes na organização dos meios de comunicação de massa no Brasil.

A imprensa chega ao Brasil em 1808, através de dois jornais: a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense*. O primeiro começa a circular no país com a vinda da família real, que instala a Imprensa Régia, e seu conteúdo é marcado pelo oficialismo. Até 1821, havia censura prévia, cujo fim foi determinado por D. Pedro I, após D. João VI retornar a Portugal. Em 1808, também começou a circular no Brasil o *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa, que era impresso em Londres e distribuído de forma clandestina no país, por fazer críticas ao governo. No entanto, este jornal partilhava dos mesmos valores conservadores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos contrários às “idéias de revolução e ruptura, cujo modelo era fornecido pela

Revolução Francesa de 1789” (LEONÍDIO, 2010, p. 184). Até o fim do século XIX, a imprensa brasileira era constituída por jornais pequenos, produzidos de maneira artesanal. No século XX, o jornalismo passa a se estruturar como uma atividade comercial, organizando-se como empresas, mas com uma estrutura familiar. Essas empresas seguem um padrão concentrador, acumulando veículos de comunicação, concentrando poder econômico e político (FERNANDES, 2009). Padrão que a rádio e a televisão darão continuidade.

O rádio chega ao Brasil na década de 1920. Inicialmente, foi adotado, pelo pioneiro Roquette Pinto, um modelo semelhante ao europeu, onde o rádio era visto como um serviço público. Essa visão resultou na organização das primeiras emissoras em “clubes de ouvintes” ou sociedades sem fins lucrativos, mantidas por doações e mensalidades pagas pelos ouvintes, e não era permitida a veiculação de publicidade comercial. Mas diante da popularização do rádio, tornando-se um meio de comunicação de massa, e das perspectivas econômicas que se abriram, as emissoras passam a adotar o modelo norte-americano, organizando-se como empresas comerciais, mantidas pela venda de anúncios publicitários (FERNANDES, 2009; LEAL FILHO, 2000).

A regulamentação do rádio só aconteceu quase uma década depois de sua implantação, processo que ocorreu sob pressão dos empresários do setor que defendiam seus direitos adquiridos (PIERANTI; MARTINS, 2007). Com a televisão não foi diferente. Em 1950 acontece a primeira transmissão, da TV Tupi, emissora ligada ao grupo Diários Associados, a maior organização jornalística da época, do empresário Assis Chateaubriand. A promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, que regulamenta o setor de radiodifusão, só ocorre em 1962, quando já existiam 27 emissoras em operação no país. Desde o início, o modelo de emissoras de televisão foi o comercial, seguindo o padrão do rádio, da mesma maneira, as emissoras se estabeleceram sem regulamentação:

A ausência de regulação favorecia, em parte, os interessados em investir no setor. Se, por um lado, a obtenção de uma concessão dependia de critérios mais subjetivos, tal como apoio político, por outro, não precisavam se preocupar, por exemplo, com questões relativas a limites para a posse de emissoras, caráter dos investimentos e tipo de programação a ser veiculada (PIERANTI; MARTINS, 2007, p. 7).

As emissoras de televisão apresentavam uma simbiose entre interesses públicos e privados. Um setor de características comerciais recebia investimento público sem qualquer tipo de regulamentação. E donos de emissoras alcançaram cargos políticos de destaque. As discussões

para a promulgação do CBT no Congresso são influenciadas por parlamentares donos de emissoras, que se associam a outros empresários do setor. O projeto de lei que instituía o CBT recebeu 52 vetos do então presidente João Goulart, e mais da metade desses vetos visavam aumentar o controle do Estado sobre o setor. No mesmo dia em que os vetos foram apreciados pelo Congresso, foi fundada a Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, fruto da reunião dos empresários do setor, que se organizaram para evitar o aumento da presença do Estado na radiodifusão. O CBT foi, então, instituído pela Lei 4.117, depois de todos os vetos de João Goulart serem derrubados (PIERANTI; MARTINS, 2007).

Segundo Simões e Mattos (2005, p. 40), o CBT é “ilustrativo em suas preocupações muito mais políticas do que econômicas, relacionadas ao sistema concorrencial. Há uma verdadeira ausência da preocupação quanto ao surgimento de um eventual monopólio”. O mesmo autor argumenta que o afastamento do Estado do papel de regulador das atividades econômicas é consequência do modelo de desenvolvimento estatizante, através de empreendimentos públicos. Dessa maneira, uma atividade comercial baseada na iniciativa privada, com necessidades claras de regulação, desenvolve-se sem mecanismos eficientes de regulação, permitindo a concentração no setor.

O setor de radiodifusão continua sendo regulamentado pelo CBT, que sofreu algumas poucas alterações ao longo dos anos. E além do código não oferecer mecanismos eficientes de regulação, os dispositivos existentes de controle sobre a propriedade privada não são respeitados. Podemos destacar algumas dessas normas: as concessões de televisão são limitadas, por entidade ou pessoa, em dez em todo território nacional, sendo no máximo cinco em VHF e duas por Estado (SCORSIM, 2007); entidades e pessoas que integram o quadro societário e diretivo de uma emissora não podem ser contempladas por mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinadas a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie. (FERNANDES, 2009). A Rede Globo é o melhor exemplo de descumprimento dessas normas: no ano de 2000, ela tinha participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo que dez eram próprias. Os contratos de filiação, que prescindem de uma regulamentação específica, são uma forma de burlar as restrições da lei para a concentração, permitindo a formação de redes nacionais e locais. Segundo Fernandes, o contrato de afiliação é uma forma de

controle externo da emissora “cabeça de rede” sobre a emissora afiliada, pois passa a direcionar os seus negócios:

O contrato de afiliação consiste em acordo entre uma geradora de programação (chamada de “cabeça de rede”) e uma entidade que explora localmente um canal de televisão, chamada de afiliada. Por esse instrumento a estação “cabeça de rede” fornece à afiliada a sua programação, em troca do direito de explorar com exclusividade a publicidade no plano nacional. Assim, a estação “cabeça de rede” negocia o espaço publicitário de suas afiliadas no mercado nacional, ficando com uma parcela substancial da receita obtida, podendo a emissora afiliada comercializar o espaço publicitário regional. Pelo contrato de afiliação, a rede afiliada, normalmente, fica proibida de transmitir programas de outras redes de televisão, podendo eventualmente veicular alguns programas por ela produzidos (FERNANDES, 2009, p. 67).

Esses aspectos levaram à chamada concentração horizontal, que é a formação de monopólios ou oligopólios dentro de uma mesma área de um setor. No caso da televisão, a Rede Globo encontra-se em posição de oligopólio:

Em qualquer dos critérios básicos de comparação, como audiência em horário nobre, abrangência territorial, número de emissoras e afiliadas e alocação de recursos publicitários, o domínio da Rede Globo permanece absoluto, apesar de não ser mais total como no passado (LIMA, 2001, p. 100).

A concentração de propriedade também ocorre em outros níveis. Na concentração vertical, há o controle das diversas etapas de produção e distribuição, como no caso da Globo, que possui os estúdios de gravação, mantém sob contrato permanente os diretores, autores, atores, equipe técnica e exibe os programas. Há também o caso da propriedade privada (para a qual não existe nenhuma regra impeditiva), onde um grupo possui diferentes tipos de veículos no setor de comunicações: a Globo possui, além da TV aberta, TV a cabo e por satélite, jornais, revistas, emissoras de rádio, provedor de *internet*, entre outros (LIMA, 2001).

Além da concentração econômica, outras duas características estão presentes na história da radiodifusão brasileira: a presença dominante de grupos familiares e a vinculação com as elites políticas locais e regionais (LIMA, 2001, p. 104). A primeira é consequência da restrição a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros. Essa restrição, presente nas Constituições de 1946, 1967, 1969 e 1988, tem por objetivo impedir o controle dessas empresas pelo capital estrangeiro. No entanto, favoreceu o controle do setor por empresas familiares. E se seu objetivo é permitir a identificação com clareza dos proprietários, esse objetivo foi dificultado por um decreto do então

presidente José Sarney, que autorizou o Diário Oficial a publicar somente a razão social dos contemplados com concessões, sem a publicação do nome da pessoa física.

Em relação às elites políticas, como vimos anteriormente, no momento da votação do CBT, muitos parlamentares já eram donos de emissoras. Essa situação se agrava com a utilização das concessões como “moeda de barganha”, em troca de apoio político, prática facilitada devido à exclusividade do Poder Executivo nas decisões sobre as concessões. A partir de 1988, as decisões sobre as outorgas e renovações de concessão se estenderam ao Poder Legislativo (LIMA, 2001) e somente a partir de 1997, as escolhas dos concessionários passaram a ser feitas através de licitação (LOPES, 2000). Segundo Lima (2001), a média de parlamentares donos de ao menos uma emissora de rádio ou TV é de 23%, entre os anos de 1988 e 1998. Como as decisões sobre concessões passam pelo legislativo, esses parlamentares legislam em causa própria.

Há, portanto, no Brasil, um padrão histórico de concentração econômica no setor de radiodifusão, controlado por grupos familiares e elites políticas regionais, com precária, e por vezes, inexistente, regulamentação de suas atividades.

A emissora de televisão do maior grupo de comunicações do Brasil (e um dos maiores do mundo), a Rede Globo, foi criada em 1995, fruto de uma associação entre o empresário Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo* e da Rádio Globo, e o capital estrangeiro do grupo norte-americano *Time-Life*. Note-se que quando a emissora é criada, já estava em vigor o CBT, que proíbe que estrangeiros fossem proprietários ou participassem da gestão dos meios de comunicação. A relação entre a Globo e a *Time-Life* foi contestada na época, o que levou à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar o caso. Porém, em 1966, ocorreu, de maneira amigável, o encerramento da CPI, durante o governo do General Castelo Branco (SCORSIM, 2007).

A transformação da TV Globo em Rede Globo foi facilitada pelos investimentos do regime militar, que considerava as telecomunicações um setor estratégico. Em 1968, o governo inaugura a Rede Nacional de Telecomunicações, e no ano seguinte a Globo utiliza essa estrutura para fazer a sua primeira transmissão em rede nacional, com o programa *Jornal Nacional*:

A Rede Globo é apontada como principal grupo beneficiário por essa política de integração nacional. Era uma relação de parceria, enquanto o Estado investia em infraestrutura para possibilitar a distribuição massiva de programação, a Rede Globo tornou-se uma espécie de porta-voz do regime militar (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 79).

Contando com o apoio do governo militar, com o capital e o conhecimento operacional e técnico do grupo *Time-Life* e com a ausência de regulação econômica, em dois anos a Globo ultrapassa suas concorrentes e torna-se a primeira e maior rede de comunicação do Brasil. Quando entrou no mercado, este ainda era fortemente concorrencial, “onde as barreiras às entradas não desempenhavam um papel preponderante, de modo que as situações de liderança eram extremamente precárias e cambiantes” (BOLAÑO, 1995, p. 16). A Globo destrói as barreiras impostas por suas concorrentes, através da transmissão em rede nacional, de uma estratégia de expansão através de afiliadas e da implantação do “padrão Globo de qualidade” (expressão utilizada pela emissora para sua autopromoção), que irá definir, até os dias de hoje, os padrões técnicos e estéticos da televisão brasileira:

Depois de haver destruído todas as frágeis barreiras impostas pelas suas concorrentes mais antigas, a Globo passa a construir suas próprias e sólidas barreiras, o que significa, entre outras coisas, definir padrões de produção próprios capazes de fidelizar a audiência e uma estrutura de programação imbatível (BOLAÑO, 1995, p. 17).

As barreiras criadas pela Globo através do padrão de seus programas é possível graças ao processo de concentração vertical. A emissora controla todas as etapas de produção e todos os profissionais envolvidos estão sob contrato permanente e de exclusividade. Unindo essa estratégia a sua posição de líder de audiência e do mercado publicitário (a média histórica de ambos é de 65%), estão criadas as sólidas barreiras da Globo diante dos efetivos e potenciais concorrentes. Concorrer com a Globo nessas condições demanda um alto grau de investimento, de organização industrial, de aprendizagem para ser capaz de realizar uma produção que similar àquela que a audiência já está acostumada, mas que apresente aspectos diferentes capazes de atrair a atenção. Ou seja, demanda investimentos grandes e de alto risco (BOLAÑO, 1995).

E as transformações que vêm ocorrendo nas empresas de comunicações no cenário da globalização – um processo de concentração de propriedade sem precedentes que leva a criação de um reduzido número de “megaempresas mundiais” – não afetaram, até o momento, o setor de radiodifusão brasileiro, pois “mantém inalterado o histórico domínio do setor”, controlado por um pequeno número de famílias e elites políticas regionais, e – por ser um processo que favorece a expansão horizontal, vertical e cruzada da propriedade – fortalece e consolida a “posição já hegemônica de um único grupo nacional, as Organizações Globo” (LIMA, 2001, p. 96).

5 AS NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Definimos como *corpus* da pesquisa as notícias veiculadas pelo Jornal Nacional durante o primeiro semestre do ano de 2009. Para coletar essas notícias, utilizamos o *web site* do Jornal Nacional⁵ que disponibiliza tanto a íntegra da edição, como as notícias separadas em vídeos individuais⁶. Realizamos uma pesquisa através do sistema de busca do *web site*, utilizando as expressões “mudanças climáticas”, “aquecimento global” e “efeito estufa”. Obtivemos como resultado 16 notícias, que continham ao menos uma dessas expressões. Dessas 16 notícias, conseguimos gravar 13, pois os arquivos de vídeo das outras três não estavam disponíveis, em arquivo individual ou na íntegra da edição do dia.

Na tabela abaixo, apresentamos a listagem das notícias, destacando com um asterisco aquelas que não conseguimos ter acesso ao vídeo. O título da notícia é o mesmo apresentado pelo *web site* do Jornal Nacional.

Nº	Data	Título da notícia
01	26/01	Encontro sobre o clima é realizado no Brasil
02	26/01	Obama começa a rever a política de Bush para o meio ambiente*
03	30/01	Fórum econômico discute o aquecimento global
04	24/02	Foguete da NASA destrói satélite
05	07/03	Obra de gelo alerta para as mudanças climáticas*
06	17/03	Feira reúne invenções de estudantes
07	13/03	Príncipe Charles chega à Amazônia
08	20/03	Fórum da Turquia debate sobre o futuro da água
09	28/03	Lula volta criticar os países ricos
10	28/03	Em Londres mais de 30 mil pessoas exigem ações contra a pobreza e as mudanças...
11	28/03	Luzes desligadas em todo o mundo
12	01/04	Protesto ambiental tumultua ponte Rio - Niterói
13	02/04	Câmara aprova orçamento trilionário nos EUA*
14	29/05	Mudanças climáticas matam milhares no mundo
15	11/06	Japão lança medidas contra emissão de gases
16	16/06	Poluição no planeta atinge o maior nível da história

Quadro 2 – Resultado da pesquisa

⁵ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>

⁶ Os arquivos de vídeo das edições na íntegra e das notícias ficam disponíveis apenas durante um período de tempo. Portanto, esses arquivos podem não estar mais disponíveis.

Após assistir às 13 notícias arquivadas, excluímos aquelas que abordavam de maneira secundária as mudanças climáticas. Depois dessa seleção, o *corpus* da pesquisa passou a ser constituído por sete notícias, conforme mostra a tabela:

Nº	Data	Título da notícia	Dur.
01	26/01	Encontro sobre o clima é realizado no Brasil	2:15
02	20/03	Fórum da Turquia debate sobre o futuro da água	1:39
03	28/03	Luzes desligadas em todo o mundo	3:03
04	01/04	Protesto ambiental tumultua ponte Rio - Niterói	1:10
05	29/05	Mudanças climáticas matam milhares no mundo	1:59
06	11/06	Japão lança medidas contra emissão de gases	2:34
07	16/06	Poluição no planeta atinge o maior nível da história	1:53

Quadro 3 – Notícias selecionadas para análise

O Jornal Nacional estreou em rede nacional (inicialmente em apenas algumas cidades) graças à implantação pelo regime militar do sistema de transmissão via satélite. O telejornal tinha o objetivo de ser “um serviço de notícias integrando o Brasil novo”, nas palavras do apresentador Hilton Gomes no início da primeira transmissão:

Anos 1960: a tecnologia dos satélites aproxima os povos do planeta e, dentro de cada país, intensifica o intercâmbio de informações entre regiões distantes [...] O Brasil, de dimensões continentais, é cenário ideal para a vivência desses novos tempos: o começo da era das comunicações. Contribui para isso o espírito de "integração nacional", animado desde os anos 1950 pela construção de Brasília e estimulado pelos governos militares a partir de 1964. (MEMÓRIA GLOBO, p. 13)

Esse programa teve papel fundamental na construção da imagem tanto do Brasil unificado quanto do governo militar. Para realizar essa função, o Jornal Nacional “falava muito mais ao coração do que à cabeça” (BUCCI, 1997, p. 31), organizando-se como um melodrama, “como se fosse ele próprio uma peça de ficção”. Esse modelo de “telejornalismo emocional” mantém-se até hoje na televisão brasileira, pois o telejornal, “mais que o jornalismo impresso, tem de entreter” (BUCCI, 1997, p. 29). Podemos ressaltar outros padrões introduzidos pelo Jornal Nacional, que ainda permanecem: as notícias tornam-se mais curtas e fragmentadas, pretendendo ser a “primeira capa de um jornal”; estilo de apresentação requintado e objetivo; grande extensão de temas cobertos e assuntos mais recentes o possível; relatos testemunhais, que “humanizavam” a notícia; tom coloquial e de fácil entendimento dos textos; encerramento com temas leves, pitorescos, que passou a ser conhecido com a notícia do “boa noite”, entre outros recursos, como os grafismos, que permanecem até hoje (REZENDE, 2000).

As notícias podem ser vistas como “estórias”, narrativas, que são construídas fora da ordem lógica e cronológica dos eventos. Elas reduzem complexas séries de eventos cujas relações podem não estar totalmente claras nas narrativas. A construção das notícias representa eventos de modo fragmentado, inclui certos fatos e exclui outros. É um processo interpretativo e não uma apresentação objetiva dos fatos. Mas as notícias têm uma “intenção referencial”, que as torna abertas a questões sobre a relação entre o texto da notícia e o fato em si. Elas também têm uma “intenção explicativa”: os textos são construídos de maneira a fazer com que os eventos tenham sentido. E é nessa explicação que são incorporados determinados pontos de vista (FAIRCLOUGH, 2001).

O texto é um elemento concreto de eventos sociais, que molda e é moldado por estruturas sociais mais abstratas e duráveis. Ele tem uma função mediadora; produz um movimento de significação (ressignificação), de uma prática social para outra, de um evento para outro, de um texto para outro. Um gênero como o telejornalismo recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e os seus textos são recontextualizados nos textos e interações de diferentes práticas, incluindo principalmente o cotidiano, contribuindo para moldar a maneira que vivemos e os sentidos que damos às nossas vidas (FAIRCLOUGH, 2001).

Segundo Fairclough (2001), toda análise textual é seletiva, nós escolhemos fazer certas perguntas dentre as diversas possíveis. Nosso objetivo principal é analisar os aspectos ideológicos das notícias, conforme as discussões que realizamos anteriormente. O trabalho ideológico ocorre quando os textos fazem suposições, aceitando fatos como inquestionáveis e/ou inevitáveis. As suposições podem ser existenciais, proposicionais ou de valor. As existenciais dizem respeito ao que existe; as proposicionais definem algo em termos do que é, pode ser ou será; e as de valor, determinam o que é bom ou desejado. As suposições ocorrem através de pressuposições – quais são os valores, as visões de mundo que tornam o discurso coerente e compreensível, aspectos que normalmente estão implícitos no texto – e através de implicações lógicas. Outros aspectos que buscamos analisar nos textos foram o vocabulário, as figuras de linguagem, a representação de atores sociais (se são ativos ou passivos), quais são as vozes presentes, entre outras.

5.1 Análise das notícias

Transcrição da notícia *Encontro sobre o clima é realizado no Brasil*, exibida em 26 de janeiro de 2009:

Fátima Bernardes Apresentadora	150 cientistas de 48 países começaram a debater hoje em São José dos Campos, São Paulo, fontes de energias renováveis para substituir o petróleo e o carvão. O encontro, dirigido pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que pertence à ONU, está sendo realizado pela primeira vez no Brasil.
Karen Schmidt Repórter (voz em <i>off</i>)	O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que começou a ser elaborado hoje, vai ficar pronto em 2010. O documento vai orientar as nações sobre as fontes de energia renováveis, que podem contribuir para a redução das emissões de gás carbônico e minimizar os efeitos do aquecimento global.
Thelma Krug Pesquisadora do INPE	Eu acho que traz também uma oportunidade interessante pra nós mostrarmos que a nossa produção de etanol não está desmatando a Amazônia.
Karen Schmidt São José dos Campos, SP	Alguns dos pesquisadores reunidos aqui no INPE vêm de países que já utilizam fontes de energia alternativas e renováveis. A Suécia é um dos exemplos. Lá, a preocupação em substituir os combustíveis fósseis nasceu na década de 70 com a crise do petróleo.
Karen Schmidt (voz em <i>off</i>)	O etanol brasileiro já é conhecido pelos suecos, mas os postos também oferecem o biogás, que é produzido a partir do esgoto. O chefe do departamento de meio ambiente e saúde explica que para cada grupo de 100 pessoas que usam o banheiro é possível produzir biogás suficiente para encher o tanque de um carro. Os resíduos sólidos também são separados e colocados nas lixeiras. Dutos subterrâneos levam o lixo para uma usina de energia que produz o biogás dos carros. Este representante do governo sueco disse que desde 99, com a adoção das políticas de energia alternativa, o país reduziu as emissões de gases do efeito estufa em 10%. E não afetou o crescimento econômico. No mesmo período, o produto interno bruto, que é a soma de tudo que é produzido pela economia do país, cresceu entre 40 e 50%. Um exemplo que pode ser útil ao Brasil.
Marcos Freitas Pesquisador COPPE/UFRJ	Se você fizer alguns esforços tecnológicos, os lixões podem produzir gás natural pros táxis. E isso pode ser uma alternativa interessante.

A notícia 01 começa apresentando o encontro sobre as questões climáticas que está sendo realizado no Brasil. O texto fornece dados sobre os participantes: 150 cientistas de 48 países. É, portanto, uma questão de interesse de diversos países e remete ao aspecto global das mudanças climáticas. Também é explicado o objetivo do encontro: “debater (...) fontes de energia renováveis para substituir o petróleo e o carvão”. Nessa frase existe uma idéia pressuposta: é

preciso que o petróleo e o carvão sejam substituídos por fontes de energia renováveis. A notícia também informa que o encontro é dirigido pelo IPCC, “que é ligado à ONU”, o que confere importância ao encontro, pois o IPCC é reconhecido como a maior autoridade sobre a questão das mudanças climáticas.

Em seguida, a repórter explica o que é o relatório que começa a ser elaborado nesse encontro: “o documento vai orientar as nações sobre as fontes de energia renováveis, que podem contribuir para a redução das emissões de gás carbônico e minimizar os efeitos do aquecimento global”. O texto não apresenta o relatório como uma possível referência para os governos que decidam elaborar política de combate às mudanças climáticas. Ao dizer “vai orientar”, pressupõe que está definido que os governos devem e irão seguir as orientações do relatório e que a adoção de novas fontes de energia é desejável. O aquecimento global é pressuposto como existente e seu combate é necessário. Dizer que o relatório vai orientar também traz um valor positivo para o relatório, pois pressupõe que existe a necessidade de orientação e ele suprirá essa necessidade.

A notícia dá voz, então, a uma pesquisadora do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia – que fala sobre o etanol produzido no Brasil, que é uma fonte de energia alternativa ao petróleo. A pesquisadora diz que o encontro traz uma oportunidade para o Brasil mostrar que a sua produção de etanol não desmata a Amazônia. Aqui ocorre uma defesa do etanol: a afirmação de que a produção de etanol não desmata não é questionada na notícia, portanto é tida como verdadeira. E se é uma oportunidade para mostrar que a produção não desmata, então existe alguém que diz o contrário. Mas nesse encontro, essa visão “equivocada” sobre a produção do etanol será corrigida.

Voltando para a repórter, ela apresenta o caso da Suécia, apontando como fonte de informação um representante do governo sueco: “o etanol brasileiro já é conhecido pelos suecos, mas os postos também oferecem o biogás”. Essa frase traz um valor positivo para o etanol, pois ele já é utilizado por um país desenvolvido. A repórter explica o que é o biogás e os benefícios que ele trouxe: reduziu as emissões de gases do efeito estufa “e não afetou o crescimento econômico”. O uso da conjunção aditiva “e” coloca um aspecto desejável na utilização de energia renovável, uma condição: a opção por seu uso não deve prejudicar o crescimento da economia. A seguir apresenta porcentagens de crescimento do PIB, 40% e 50% em 10 anos, que mostrados nessa maneira trazem uma idéia de uma alta taxa de crescimento. A repórter acrescenta que o exemplo da Suécia pode ser útil ao Brasil, ou seja, o Brasil deve reduzir as suas emissões de

gases de efeito estufa e deve também crescer (em termos econômicos). A notícia é finalizada com uma fala de um pesquisador do COPPE (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro) que aponta os “esforços tecnológicos” como uma maneira de produzir energia renovável.

Transcrição da notícia 02, *Fórum da Turquia debate sobre o futuro da água*, exibida em 20 de março de 2009:

Willian Bonner: Apresentador	Autoridades do mundo inteiro estão reunidas na Turquia para participar do Fórum Mundial da Água. Os enviados especiais a Istambul, Sônia Bridi e Paulo Zero, acompanharam o encontro.
Sônia Bridi Repórter (voz em <i>off</i>):	Os aquedutos de quase dois mil anos ainda cortam a cidade de Istambul. Abastecer metrópoles com água limpa. Um problema que os romanos resolveram com engenharia sofisticada, transportando a água centenas de quilômetros.
Sônia Bridi Istambul, Turquia	Mas hoje especialistas do mundo inteiro reunidos aqui na Turquia enfrentam um desafio diferente: as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. Como planejar o abastecimento sem saber como o clima vai se comportar em cada região?
Sônia Bridi (voz em <i>off</i>)	O futuro não será como o passado. Ao expor as mudanças climáticas neste painel, os pesquisadores apontam o problema. Sabem como as mudanças afetam grandes áreas, como no sertão do nordeste do Brasil, que deve ficar ainda mais seco. Mas é preciso muita pesquisa para saber o impacto em cada município. Quem precisa se preparar para a seca? Quem deve estar atento às inundações?
Sônia Bridi (voz em <i>off</i>), sobre voz de Polióptero Martines	Nesse ponto o Brasil está em situação melhor do que a maioria dos países, por causa da qualidade de seus cientistas, diz o pesquisador Polióptero Martines. Se as autoridades ouvirem os cientistas, o Brasil pode se preparar bem para o futuro.
Sônia Bridi (voz em <i>off</i>)	O acesso à água faz a diferença entre ricos e pobres. Seja comparando nações, ou moradores de um mesmo bairro. E se hoje uma em cada três pessoas no mundo já sofre com a falta de água, chegaremos a 2030 em situação pior, atingindo quase metade da população do planeta.

A notícia 02 começa da mesma maneira que a 01: apresentando um encontro onde estão reunidas “autoridades do mundo inteiro”. Mais uma vez a idéia de que as mudanças climáticas (nesse caso representada pela questão da água) é um problema mundial. A repórter inicia falando sobre os aquedutos que “cortam” (é uma construção grande) a cidade de Istambul, onde o fórum ocorre. Os aquedutos são considerados uma “tecnologia sofisticada” que resolveu o problema de acesso à água há dois mil anos. Ou seja, a tecnologia é uma solução desde então.

A seguir a repórter diz que os “especialistas do mundo inteiro enfrentam” o problema do abastecimento no contexto das mudanças climáticas. Os especialistas são capazes de trazer

soluções, pois são eles que estão enfrentando o problema, que se põe como um “desafio”. A repórter, então, faz uma pergunta: “como planejar o abastecimento sem saber como o clima vai se comportar em cada região?”. Traz uma idéia de vulnerabilidade: precisamos planejar o abastecimento, mas não sabemos como será o clima. A repórter diz, então, que os pesquisadores já têm conhecimento sobre o problema, mas ainda é preciso mais pesquisa. E pergunta novamente: “quem precisa se preparar para a seca? Quem precisa estar atento às inundações?”. Através dessas perguntas, envolve o telespectador no problema: quem de nós poderemos sofrer com a seca ou inundações? As respostas a essas questões serão dadas pelos cientistas e nós podemos nos tranquilizar, pois, segundo um pesquisador estrangeiro (seu país de origem não é informado, ele fala em espanhol), nossos cientistas são bons (“qualidade dos cientistas”) e se as “autoridades ouvirem os cientistas”, o Brasil poderá “se preparar bem para o futuro”. Ou seja, a ciência é quem pode trazer as soluções e o governo é quem pode colocá-las em prática. A resolução do problema está nas mãos da ciência e do governo. E se as autoridades não ouvirem os pesquisadores nós seremos afetados por secas e inundações trazidas pelas mudanças no clima.

A notícia termina falando sobre como o problema do acesso à água afeta de modo diferente ricos e pobres, “seja comparando nações, ou moradores de um mesmo bairro”. Diz que “uma em cada três pessoas já sofrem com a falta de água”, sem dizer quais são as causas desse problema: é uma questão climática, social ou econômica? Ou, por que o problema de acesso à água afeta mais os pobres do que os ricos? As mudanças climáticas acentuarão problemas que já existem ou afetará a população de uma maneira diferente? Como esses aspectos não são mencionados, a questão do acesso à água acaba sendo recontextualizada, tornando-se uma questão relativa ao debate das mudanças climáticas. A seca no nordeste, por exemplo, é um problema social e econômico histórico, diretamente relacionado a condição de pobreza dos moradores dessa região, que os tornam mais vulneráveis às mudanças no clima. O texto também diz que as pessoas “sofrem” com a falta de água, ou seja, são passivos no processo, não são atores que podem agir diante do problema, apenas recebem as conseqüências. Esse tipo de construção também “apaga” a agência, ou seja, omite quais são os atores e processos responsáveis por essa situação. Por fim a repórter faz uma declaração afirmativa sobre o futuro, de que “chegaremos a 2030 em situação pior”; é uma certeza de que isso vai acontecer e nós devemos nos preocupar, porque atingirá “quase metade da população do planeta”.

Transcrição da notícia 03, *Luzes desligadas em todo o mundo*, exibida em 28 de março de

2009:

Renata Vasconcellos
Apresentadora

88 países aderiram ao movimento contra o aquecimento do planeta com uma ação muito simples: o apagar de luzes por uma hora neste sábado. As informações aqui do Brasil com Flávio Fachel. Boa Noite Fachel.

Flávio Fachel
Repórter
Ao vivo – Rio de Janeiro

Boa Noite, Renata. A hora do planeta é uma campanha organizada já há três anos pelo WWF, Fundo Mundial para a Natureza. Aqui no Brasil é a primeira vez que nós estamos participando. E se todos no país apagarem a luz de sua sala a economia de energia será o equivalente à uma hora de funcionamento de metade da usina hidrelétrica de Itaipu. Na tela aí, você já vê o Cristo Redentor no Rio de Janeiro e também vai ver daqui a pouco a ponte estaiada, lá em São Paulo, dois cartões postais aí do Brasil e vão participar da campanha. Olha a luz do Cristo já apagou. Em breve, olha só, a Ponte Estaiada também apagou. A campanha começa neste momento no Brasil. Vamos ver agora como foi a reação ao aquecimento global em outros países, na reportagem de Pedro Bassan.

Pedro Bassan
Repórter (voz em *off*)

Alguns dos monumentos mais famosos da humanidade podem ficar ainda mais bonitos assim. Os australianos festejam em dobro, porque tudo começou aqui. Em 2007, Sidney foi a primeira cidade do planeta que decidiu ficar por uma hora no escuro. Apagar as luzes se revelou uma idéia brilhante. Dois anos depois, o gesto simples é adotado por quatro mil cidades em 88 países. Em qualquer fuso horário, oito e meia é a hora do planeta. Em Hong Kong, mais de mil prédios ficaram de olho no relógio e com o dedo no interruptor. Pequim se mostrou ao mundo iluminada nas últimas Olimpíadas. Dessa vez, o ninho do pássaro e o cubo d'água mergulharam na escuridão. E a China ficou assim, enquanto a Terra girava e a noite chegava a outros lugares do mundo.

Pedro Bassan
Lisboa

Em Portugal o principal monumento a ter as luzes apagadas é a Torre de Belém. Daqui partiram as caravelas que descobriram o Brasil. A economia de energia em todo o planeta durante uma hora vai ser insignificante, mas o efeito dessa escuridão é outro. Uma poderosa mensagem simbólica de um bilhão de pessoas contra o aquecimento global.

Pedro Bassan
(voz em *off*)

Em dezembro os líderes mundiais se reúnem em uma nova conferência do clima, em Copenhague. Vão levar estas imagens na memória. Foram 60 minutos muito especiais, mesmo para quem tem quatro mil e quinhentos anos, como as pirâmides. A Grécia foi o país que proporcionalmente mais aderiu. O berço da civilização quer que o mundo pare para pensar. O Coliseu sumiu para mostrar que Roma continua eterna, mesmo à luz de velas. O Big Ben não se atrasou nem um segundo. E até a Cidade Luz acha que é hora de mudar. Esta é a Torre Eiffel num dos momentos mais brilhantes de sua história.

Mais uma vez a notícia começa fazendo referência à participação de muitos países: “88 países aderiram ao movimento contra o aquecimento do planeta”. Todos estão preocupados, pois o problema atinge todo o planeta. E é possível combater o problema de uma maneira “muito simples”: apagando as luzes por uma hora no dia do movimento. Essa é a notícia com maior

duração entre todas do *corpus* da pesquisa e é a única que teve transmissão ao vivo do evento. Depois da introdução da apresentadora, o repórter fala ao vivo, mostrando o momento em que as luzes do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro e da Ponte Estaiada, em São Paulo, são apagadas. Os dois são “cartões postais do Brasil”, ou seja, são importantes e representam a adesão do Brasil ao movimento. Em seguida, será mostrado como foi o evento em outras cidades, que também serão representadas pelos seus “cartões postais”. A figura de linguagem recorrente nesse texto é a sinédoque, que é a substituição de um termo por outro, havendo ampliação ou redução do sentido usual da palavra em termos quantitativos. Nesse caso, ocorre a representação do todo (a população dos países que aderiram ao movimento) pela parte (os monumentos dos países). Dessa maneira, transmite a idéia de que houve uma grande participação, pois não se refere à quantidade de pessoas que apagaram as luzes, mas generaliza referindo-se a cidades ou países como um todo.

Quando o outro repórter fala sobre como foi o evento nos outros países, diz que “alguns dos monumentos da humanidade podem ficar ainda mais bonitos assim” (quando diz “assim”, aparece uma imagem de um monumento com as luzes apagadas). Essa é uma declaração avaliativa, que traz juízo de valor, os monumentos ficam mais “bonitos”, o que é bom. O texto informa que o movimento começou em Sidney, e isso é motivo para “festejarem”, porque “apagar as luzes se revelou uma idéia brilhante” e dois anos depois foi adotada por 88 países. O movimento é motivo de festa, de comemoração. É mostrada uma imagem de jovens jantando à luz de velas. Ficar sem luz pode ser até romântico. A metáfora “idéia brilhante” faz oposição a “apagar as luzes”, uma oposição que será explorada durante a notícia. A linguagem utilizada remete à subjetividade, à emoção. Mostra a “beleza” dos monumentos, faz jogos de palavras, trazendo uma “leveza” para a notícia, o que condiz com a maneira “simples” de combater o aquecimento global. A idéia de apagar as luzes é “brilhante” porque obteve sucesso: 88 países participam do movimento.

A notícia segue, então, mostrando como foi o evento. Em Um Kong “mais de mil prédios ficaram de olho no relógio e com o dedo no interruptor”. Esses “mais” de mil prédios estavam comprometidos com o evento, esperando atentos (“olho no relógio”) e ansiosos (“dedo no interruptor”) o momento de apagar a luz. Pequim, que “se mostrou ao mundo iluminada nas últimas Olimpíadas”, abriu mão de sua imagem conhecida, e seus monumentos “mergulharam na escuridão”.

Vemos, então, o repórter falando diante da Torre de Belém, em Lisboa. O monumento de onde saíram as caravelas que descobriram o Brasil também participa da Hora do Planeta: o local onde começou a história do Brasil também considera o movimento importante. O repórter então diz que a economia gerada pelas luzes apagadas é insignificante, mas não é esse o objetivo pretendido, o “efeito dessa escuridão é outro” (quando diz escuridão, as luzes da Torre de Belém se apagam). Apagar as luzes é “uma poderosa mensagem simbólica de um bilhão de pessoas contra o aquecimento global”. O movimento é avaliado como “poderoso”, capaz de produzir os efeitos desejados. E um bilhão de pessoas deseja combater o aquecimento global. O efeito desejado é que os líderes que vão se reunir na Conferência de Copenhague saibam que as pessoas querem que o aquecimento global seja combatido. E segundo o repórter, esse objetivo foi alcançado, os líderes “vão levar essas imagens na memória”, é afirmativo.

A notícia volta a mostrar as imagens de outros monumentos apagando suas luzes. O movimento é tão importante que foi especial até “para quem tem quatro mil e quinhentos anos”, como as pirâmides. A Grécia, “berço da civilização”, da democracia, dos filósofos, quer que “o mundo pare para pensar”; devemos nos preocupar com o aquecimento global. Até Paris, conhecida como Cidade Luz, abriu mão da iluminação para participar: apagar as luzes foi um dos momentos mais “brilhantes” da história da Torre Eiffel.

A idéia que a notícia traz é de que todos os países que participaram consideram o movimento importante, estavam comprometidos, abriram mão de sua imagem conhecida. A transmissão ao vivo também reforça a idéia de importância. E esse movimento seria uma maneira eficiente de participação no combate ao aquecimento global (se o movimento contra ele é importante, o seu combate também é). No entanto, a participação da população se resume a transmitir uma mensagem para as autoridades, que são essas que podem fazer algo para resolver o problema. É importante notar também que esse movimento tem a participação do governo, pois a população não tem acesso à iluminação dos monumentos.

Transcrição da notícia 04, *Protesto ambiental tumultua ponte Rio - Niterói*, exibida em 01 de abril de 2009:

Willian Bonner Apresentador	Aqui no Brasil, uma manifestação em defesa do meio ambiente provocou o efeito contrário.
Willian Bonner (voz em <i>off</i>)	Ativistas do Greenpeace escolheram a maior ponte do país, que liga o Rio de Janeiro a Niterói para estender uma faixa em inglês. O recado era para os líderes mundiais do G20 pensarem primeiro nas pessoas e no clima. Mas o alerta para o aquecimento global provocou um engarrafamento de mais de seis quilômetros, com reflexos até em cidades vizinhas.
Paulo Adário Diretor do Greenpeace	A gente inclusive quer pedir desculpas à população de Niterói. Não era nossa intenção prejudicar o trânsito.
Willian Bonner (voz em <i>off</i>)	Este engenheiro, especialista em transportes, calculou o tamanho do prejuízo ambiental. A emissão de gás carbônico durante o congestionamento foi cinco vezes maior do que a poluição gerada quando o trânsito está normal na ponte.
Fernando Mac Dowell Engenheiro – UFRJ	Acelera, desacelera, para. Nesse movimento intermitente é que há um consumo grande de combustível e automaticamente uma emissão enorme que vai direto para o efeito estufa.
Willian Bonner (voz em <i>off</i>)	Depois de duas horas e meia de protesto, 21 manifestantes foram detidos e liberados em seguida.

A notícia 04 é a mais curta do *corpus* e faz um contraste interessante com a notícia 03. A primeira frase diz que no Brasil, “uma manifestação em defesa do meio ambiente provocou o efeito contrário”. O objetivo da manifestação era basicamente o mesmo da Hora do Planeta: um “recado” para os integrantes do G20 “pensarem nas pessoas e no clima”. A “poderosa mensagem” da notícia anterior transforma-se em “recado”, que é uma mensagem curta, breve. Recado também pode significar repreensão, nesse sentido, pode denotar uma postura agressiva dos manifestantes, diferente do clima de festa da Hora do Planeta. A notícia informa que a manifestação provocou um congestionamento de “mais de seis quilômetros, com reflexos até em cidades vizinhas”. Temos a impressão que é um congestionamento grande, pois “mais de” traz um valor de intensidade, que superou uma marca que já seria grande. E adiciona-se a informação que o congestionamento afetou até cidades vizinhas: seu impacto foi grande. Segundo um estudo de uma empresa de consultoria especializada em transporte, realizado durante dois meses do ano de 2008, a média diária de congestionamento na ponte Rio - Niterói é de cinco quilômetros

(PEREIRA, et al, 2010) . Portanto, o congestionamento foi pouco acima do normal e o texto da notícia o sobrevalorizou, intensificando as conseqüências negativas da manifestação.

A seguir, a notícia dá voz ao diretor do Greenpeace, responsável pela organização da manifestação. O diretor pede desculpas à população, dizendo que essa não era a intenção. Certamente, o entrevistado falou mais coisas do que isso para quem o entrevistou, no entanto, esse foi o trecho selecionado pela edição. Em sua fala, o entrevistado assume a culpa pelo transtorno causado no trânsito, pois pede desculpas. E podemos concluir que não é tolerável que uma manifestação atrapalhe o trânsito, por isso é preciso pedir desculpas.

Em seguida, um engenheiro nos informa sobre o “prejuízo ambiental” provocado pela manifestação – o “efeito contrário” do que ela pretendia: o congestionamento provocou uma emissão “cinco vezes maior” de gás carbônico. O apresentador explica em voz *off* e em seguida o próprio engenheiro reitera a informação: foi uma “emissão enorme que vai direto para o efeito estufa”. Segundo as explicações, a emissão de gases foi muito prejudicial, foi “enorme”. Há uma valorização do efeito negativo causado pela manifestação. A notícia é finalizada dizendo que os manifestantes foram presos, sem haver nenhum questionamento sobre isso. A prisão foi considerada normal.

A notícia desqualifica a manifestação de diversas formas: não sabemos de os manifestantes alcançaram seu objetivo e o texto sugere que não; a ação atrapalhou o trânsito, trouxe transtorno à população; o pedido de desculpas do diretor do Greenpeace representa o reconhecimento deste de que causou um efeito negativo; e, por fim, os manifestantes podem ser considerados incompetentes, irresponsáveis, ou trapalhões, pois contribuíram para aumentar o aquecimento global.

Uma manifestação não oficial é desqualificada, enquanto a outra que tem a participação do governo é exaltada. As pessoas podem se manifestar, contanto que seja dentro da ordem.

Transcrição da notícia 05, *Mudanças climáticas matam milhares no mundo*, exibida em 29 de maio de 2009:

William Bonner Apresentador	Uma organização não governamental internacional apresentou hoje ao mundo inteiro previsões devastadoras sobre os efeitos dessas mudanças climáticas que atormentam o planeta.
Fátima Bernardes Apresentadora	A poluição, principalmente a dos países ricos, foi identificada como a principal responsável por essa situação. É o que mostra de Paris a correspondente Sônia Bridi.
Sônia Bridi Repórter (voz em <i>off</i>)	A temperatura média na Terra já subiu 0,7 graus nos últimos cem anos e as mudanças climáticas matam 325 mil pessoas por ano. Em 2030 o aquecimento chegará a dois graus, matando 600 mil. Hoje os desastres naturais são responsáveis por uma em cada dez mortes relacionadas às mudanças climáticas. As outras mortes são provocadas por doenças que se espalham com a degradação do ambiente. Do tifo, que aparece depois das enchentes, à diarreia. 90% dos mortos estão nos países mais pobres, justamente os que emitem menos gases que provocam o aquecimento. Conclusões do relatório do Fórum Humanitário Global, presidido pelo ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan, Hoje os países africanos lançaram um apelo: querem ajuda dos países ricos para se adaptarem ao clima que muda. E com o aval de 30 ganhadores do prêmio Nobel, o fórum alertou: 300 milhões de pessoas já sofrem todos os anos as conseqüências do aquecimento, perdendo suas casas ou meio de vida. Em 20 anos o número vai dobrar, atingindo 10% da população da Terra.
Sônia Bridi Paris	Ao dar uma face humana para o aquecimento global, o fórum espera sensibilizar os países ricos para um acordo daqui a seis meses, na Conferência Mundial sobre o Clima na Dinamarca. O novo tratado vai determinar quanto cada país deve reduzir nas emissões de gases para evitar que o aquecimento passe dos dois graus. Acima disso, as conseqüências seriam ainda mais catastróficas.

A notícia 05 inicia dizendo que foram apresentadas, ao “mundo inteiro”, previsões “devastadoras” sobre as mudanças climáticas que “atormentam” o “planeta”. Aqui, temos novamente a idéia de que as mudanças climáticas atingem a todos, é uma questão mundial (“mundo inteiro” e “planeta”). As previsões são classificadas como “devastadoras”, adjetivo que carrega um sentido de destruição, assim essas previsões devem ser motivo de preocupação. Uma preocupação ainda maior, pois as mudanças climáticas já “atormentam o planeta”; já estamos todos aflitos, sofrendo por causa delas. Em seguida a apresentadora informa que a poluição, “principalmente a dos países ricos”, é a “principal responsável por essa situação”. A notícia aponta os culpados pelo problema que causa sofrimento. E os principais responsáveis são os países ricos. Há uma escolha pela expressão “países ricos” em vez de “países desenvolvidos”, por exemplo. Essa escolha ajudará a construir a oposição, presente na notícia, entre ricos e pobres, entre quem causa e quem sofre.

Em seguida, o texto da repórter nos informa sobre as conseqüências que as mudanças climáticas já trouxeram e sobre as previsões. Sobre o que está acontecendo, a repórter afirma que a temperatura “já subiu”, é uma ação no passado, o aquecimento do planeta já está posto; e as mudanças climáticas “matam 325 mil pessoas por ano”. É uma ação no presente, afirmativa – as mudanças climáticas existem e matam pessoas – e é um processo contínuo, que vem desde o passado e continua agora, pois elas matam “por ano”. Não sabemos desde qual ano se refere essa informação, ampliando a ação das mudanças climáticas no tempo. A seguir, a repórter faz uma afirmação sobre o futuro: “o aquecimento chegará a dois graus, matando 600 mil pessoas”. A temperatura não “poderá” subir, ela “irá” subir, e quando isso acontecer, 600 mil pessoas irão morrer. A notícia fornece mais um dado sobre o presente: “hoje”, 10% das mortes são provocadas por desastres naturais e 90% por doenças “que se espalham com a degradação do ambiente”, como o tifo que “aparece depois das enchentes”. Há uma abstração na representação dos eventos: são as mudanças climáticas que “matam”, as doenças se “espalham”, o tifo “aparece”. Mas esses problemas têm uma causa concreta, relacionada ao modo de organização da sociedade, que torna essas pessoas mais vulneráveis aos fenômenos climáticos e suas conseqüências. Em seguida o texto diz que “90% dos mortos estão nos países mais pobres, justamente os que emitem menos gases que provocam o aquecimento”. Há a construção de uma oposição: os ricos são os principais poluidores, e os pobres são os que mais sofrem. É interessante que essa oposição esteja presente na notícia, mas o que causa esse desequilíbrio não está colocado. Em seguida a repórter informa que estas são as “conclusões” do Fórum Humanitário Global presidido pelo ex-presidente da ONU: é uma fonte que tem sua legitimidade reconhecida devido a sua ligação com a ONU.

A repórter, então, diz que os países africanos “lançaram um apelo”, pediram ajuda aos “países ricos” – os países ricos são os agentes da solução. E o fórum fez uma alerta, legitimado pelo “aval de 30 ganhadores do prêmio Nobel”: 300 milhões de pessoas “já sofrem todos os anos” e esse número “vai dobrar”, “atingindo 10% da população da Terra”. Temos as mesmas construções discutidas anteriormente: é uma certeza que as mudanças climáticas ocorrem e trazem conseqüências, e estas serão piores no futuro.

No fim, a repórter explica que o objetivo do fórum é “dar uma face humana para o aquecimento global” e assim “sensibilizar” os “países ricos”, que irão decidir sobre a redução da emissão de gases de efeito estufa. Os pobres “sofrem” as conseqüências e o que podem fazer é “apelar”, “sensibilizar” os países “ricos”, responsáveis pelo aquecimento e também responsáveis

pelo seu combate. A solução para um problema histórico – não é agora que os “pobres”, os países africanos começaram a ser afetados por fenômenos do clima, por doenças – passa a ser a redução de emissão de gases. Há uma recontextualização desses problemas, que agora estão relacionados com as mudanças climáticas. Além disso, o principal problema dos pobres é serem pobres. No texto da notícia, não estão em questão outras opções para essas pessoas buscarem melhores condições de vida. E nem mesmo as relações que fazem com que os pobres sofram mais do que os ricos. Elas não são agentes de mudança, capazes de encontrar soluções próprias. Tudo que podem fazer é esperar pela boa vontade dos países ricos. Para finalizar, a repórter diz que se o aquecimento for maior que dois graus, “as conseqüências seriam ainda mais catastróficas”. Elas já serão catastróficas, mas podem ser ainda mais.

Assim como o fórum, a notícia também busca “sensibilizar” o telespectador. É a notícia do *corpus* que tem o maior apelo quanto à gravidade das mudanças climáticas, utilizando grafismos com os números de mortes e de vítimas. Imagens de inundações, de seca, de casas destruídas, principalmente em países africanos. Mostra uma criança africana com o olhar triste e outra doente, bastante magra, que são imagens-símbolo de miséria, sofrimento. É uma notícia que busca a empatia do telespectador com a situação das pessoas atingidas pelas mudanças climáticas. Também é um tipo comum de notícia no telejornalismo, que explora as tragédias que atingem a humanidade.

Transcrição da notícia 06, *Japão lança medidas contra a emissão de gases*, exibida em 11 de junho de 2009:

Heraldo Pereira Apresentador	Do outro lado do mundo o governo japonês lançou uma série de medidas para reduzir em 6% a emissão de gases que provocam o aquecimento do planeta.
Alexandre Garcia Apresentador	O objetivo também é reaquecer a economia, mas tudo de um jeito bem informal. Veja como é na reportagem do correspondente da rede globo na Ásia, Roberto Kovalick.
Roberto Kovalick Repórter (voz em <i>off</i>)	No emaranhado de caracteres japoneses uma palavrinha para atrair os consumidores de qualquer língua. Eco vem de ecologia, mas no Japão pode significar também desconto. É um projeto do governo. Os consumidores ganham bônus em dinheiro quando compram produtos que gastam menos energia e emitem menos dióxido de carbono, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global. Em meio a uma forte recessão, as empresas apostaram na idéia. As indústrias concorrem para lançar a geladeira e a televisão mais ecológicas. Consumidor consciente ganha mais cinco por cento de desconto nessa loja. O gerente diz que as vendas aumentaram dez por cento desde que a promoção foi lançada no mês passado. Este carro promete causar menos danos ao planeta do que os concorrentes. Vem com um painel que capta a energia do sol para acionar o ar condicionado. A vendedora explica que quando o carro está estacionado no sol, o calor lá dentro pode chegar a 80 graus. Basta apertar o controle. Em 3 minutos a temperatura está agradável e sem gastar um pinga de combustível. A lista de espera para comprar um é de cinco meses.
Roberto Kovalick Tóquio	Uma das medias adotadas pelos japoneses para combater o aquecimento global não exige nenhuma nova tecnologia. É simples, tirar a gravata. É oficial, uma decisão do governo. Até o fim de setembro, os japoneses estão dispensados dessa formalidade. É muito mais confortável e, dizem eles, ajuda a preservar o planeta.
Roberto Kovalick (voz em <i>off</i>)	A lógica é simples: sem gravata fica mais fácil suportar o calor do verão e as empresas reduzem o uso de ar condicionado. O primeiro-ministro Taro Aso e os colegas de governo deram o exemplo. Alguns aproveitaram a proibição da gravata na reunião e ao escolher a camisa capricharam na criatividade. A moda já está nas ruas. Este aqui achou um novo uso para a gravata. Ela está no bolso só para dar um charme, ele diz. “Não ficou legal?”

A notícia 06 inicia com os apresentadores informando que o governo do Japão “lançou uma série de medidas” para reduzir as emissões de “gases que provocam o efeito estufa”. Está pressuposto que é necessário reduzir as emissões desses gases. E as medidas mostradas na notícia são maneiras eficientes de redução. Os apresentadores também dizem que essas medidas têm outro objetivo: “reaquecer a economia”. Combate ao aquecimento global e crescimento econômico são, portanto, compatíveis. E combater o aquecimento é uma maneira de estimular o crescimento econômico.

Em seguida o repórter diz que “eco” é uma “palavrinha”, que se destaca “no emaranhado de caracteres japoneses”. É uma palavra pequena, mas que tem poder de chamar a atenção de “consumidores de qualquer língua”. Isto é, existe um mercado mundial de consumidores de produtos “verdes”, já é um tipo de produto conhecido e que tem demanda. Esses produtos são avaliados como bons, pelo fato de atraírem consumidores (se as pessoas compram é porque é bom), o que contribui para o estímulo ao seu consumo. E os consumidores podem ter uma vantagem a mais: economizar na compra do produto (eco pode significar desconto). O texto segue, dizendo que “em meio a uma forte recessão, as empresas apostaram na idéia”. O mercado desses produtos é considerado promissor e investir nele foi um meio das empresas superarem a crise econômica. Os produtos “verdes” são um novo nicho de mercado, que permitem a evolução da acumulação de capital. Produtos tradicionais, como geladeira e televisão, são apresentados de uma maneira nova ao consumidor. O consumo que causa os problemas ambientais é estimulado em nome do combate a esses problemas: o “consumidor consciente” ganha desconto.

A concorrência também é considerada uma aliada no combate ao aquecimento: “as indústrias concorrem para lançar a geladeira e a televisão mais ecológicas”, “este carro promete causar menos danos ao planeta do que os concorrentes”. Porque é importante reduzir as emissões, porque existe um mercado consumidor para os produtos “ecológicos”, naturalmente haverá concorrência para lançar o melhor produto, e isso contribui para o combate ao aquecimento global. O sucesso de venda dos produtos confirma a idéia de que são bons: “as vendas aumentaram 10%”, “a lista de espera para comprar um é de cinco meses”.

A redução da emissão também pode ser conseguida de uma maneira muito “simples”: não usando gravata. É confortável, e até divertido. A notícia mostra uma reunião de integrantes do governo, onde alguns usam camisas coloridas, “capricharam na criatividade”. E termina entrevistando um homem na rua, que colocou a gravata no bolso para “dar um charme”. Há uma simplificação do que pode ser feito para combater o aquecimento global, como na notícia sobre a Hora do Planeta. As pessoas podem colaborar de maneiras “simples”. E essa notícia acrescenta mais uma opção: consumir produtos “verdes”.

Transcrição da notícia 07, *Poluição no planeta atinge o maior nível da história*, exibida em 16 de junho de 2009:

Fátima Bernardes
Apresentadora

Um relatório do governo americano anunciou hoje que a poluição do planeta atingiu o pior nível da história e previu que a ação do homem vai provocar catástrofes naturais nos próximos cem anos.

Lília Teles
Repórter (voz em *off*)

Tempestades mais intensas, tornados mais devastadores, secas e inundações com grande poder de destruição, como as que aconteceram no norte e no sul do Brasil. A explicação para as mudanças extremas no clima do mundo está em quase duzentas páginas do relatório do Programa Americano de Pesquisas Climáticas Globais. Segundo o estudo não há dúvida. O aquecimento global, provocado em grande parte pelo homem, está ameaçando o planeta. O relatório revela que a temperatura da Terra aumentou quase 1 grau desde 1900 e deve subir entre um e seis graus nos próximos cem anos. Em dois mil anos o nível do mar subiu 20 cm e essa medida deve dobrar dentro de um século. As conseqüências serão arrasadoras. Mais tempestades, erosões e inundações principalmente na costa americana, no Golfo do México e ilhas do Pacífico e em parte do Alaska. O aumento da temperatura também pode causar doenças provocadas pela contaminação da água e do ar, infestação de pragas na agricultura, num desafio à produção de grãos e à criação de animais.

Lília Teles
Nova York

Os Estados Unidos, o maior emissor de gases poluentes do mundo, estão entre os países que mais devem sofrer com o destempero da natureza. O ex-presidente George Bush se recusava a controlar a emissão de gás carbônico, mas esta é uma das promessas de Barack Obama. Os pesquisadores dizem que a escolha de políticas ambientais feitas a partir de agora serão determinantes na gravidade dos impactos e nas mudanças climáticas que devem acontecer no futuro.

Na última notícia, a apresentadora começa informando que a poluição atingiu o “pior nível da história” e a “ação do homem” vai provocar “catástrofes naturais”. Novamente, as mudanças climáticas são mostradas como causa de eventos graves e há um sentido de urgência, porque é o “pior nível da história”, isto é, a situação nunca esteve tão ruim. E a culpa é da “ação do homem”. Colocado dessa maneira, como ação do homem, as causas são generalizadas, a responsabilidade é de todos.

Em seguida, a repórter enumera o que pode acontecer: as tempestades e os tornados serão piores do que agora (“mais intensas”, “mais devastadores”), as secas e as inundações terão um “grande poder de destruição”. Estamos sob ameaça. E o texto compara com eventos que já aconteceram no Brasil, facilitando a compreensão e aproximando as pessoas do problema. Segundo o estudo em que se baseia a notícia “não há dúvida” (é taxativo), nós (o “homem”) temos grande parte da responsabilidade no fenômeno que “ameaça o planeta”. Nós somos os causadores das mudanças no clima que nos ameaçam. E o relatório tem autoridade para afirmar isso: ele foi feito por um programa de pesquisa do governo americano.

A repórter, então, explica o que pode acontecer. Aqui há uma diferença em relação à notícia 05. Não há uma afirmação de que as previsões vão acontecer, em vez disso, as previsões “podem” ou “devem” acontecer. É provável que aconteça, mas não é certeza. Mas se as previsões se realizarem, o texto, então, afirma: “as conseqüências serão arrasadoras”. Talvez essa diferença se deva ao fato que de a notícia 05 tem um apelo emocional maior, é mais sensacionalista. Segundo a notícia, não são só tempestades e inundações que nos ameaçam. O aumento da temperatura pode ser um “desafio à produção de grãos e à criação de animais”. A produção de grãos e a criação de animais representam tanto problemas na oferta de alimentos e quanto no desenvolvimento econômico.

Depois de apresentar as previsões, a repórter diz que os Estados Unidos, o maior emissor de gases poluentes, são um dos países que mais “devem sofrer” com o “destempero da natureza”. Os Estados Unidos serão “castigados” pela natureza “destemperada”: a natureza age sem moderação e se volta contra quem a está destruindo. Por isso os Estados Unidos devem combater esse problema. Antes o presidente Bush se “recusava” – não atendia uma demanda que estava sendo feita, que é legítima –, mas agora o presidente Obama “promete” tomar uma atitude. A promessa de Obama é avaliada como boa (pois é preciso combater o aquecimento global), mas ela deve ser cumprida. Segundo os “pesquisadores”, o que for feito agora – as “políticas ambientais” – será “determinante” na “gravidade dos impactos” que provavelmente irão acontecer. Os “pesquisadores”, a ciência são a vozes que têm autoridade para dizer o que vai acontecer e o que podemos fazer. E os governos são os atores que têm condições e devem tomar as atitudes necessárias. Um problema causado pelo “homem”, por todos de maneira geral, deve ser enfrentado pelo governo.

5.2 Outras considerações sobre as notícias

Podemos perceber na análise das notícias que as mudanças climáticas são apresentadas como um problema real, sua existência já foi legitimada, e é um problema que nos ameaça. Da mesma maneira, o combate às mudanças climáticas é mostrado como algo que deve ser feito, através da redução de gases de efeito estufa. A ciência é a instância autorizada a fazer as previsões e a apontar as soluções. E os governos são a autoridade na resolução dos problemas. A

participação da população pode ocorrer através de uma manifestação que tem a participação do governo, enviando uma mensagem aos “líderes mundiais” (a manifestação organizada sem parceria com o governo foi avaliada como negativa); colaborando com políticas implantadas pelo governo; consumindo produtos “verdes”. Nosso poder de ação é bastante limitado, devemos confiar e colaborar com as políticas de combate ao aquecimento. Os “pobres” também não são agentes de ação, o que podem fazer é pedir a ajuda dos “ricos”.

O problema das mudanças climáticas é representado de uma maneira bastante abstrata, assim como as causas dos “pobres” sofrerem mais do que os “ricos”. Para combatê-lo é preciso uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico, que perpetua relações de dominação e exploração entre os seres humanos e destes sobre a natureza. Relações que não estão presentes na notícia são “apagadas” no discurso. Conforme as notícias, esse modelo de desenvolvimento não é incompatível com o combate às mudanças climáticas. As políticas ambientais não devem afetar o crescimento econômico e podem, até mesmo, incentivá-lo. As notícias reproduzem, portanto, o discurso do desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto que buscamos analisar nas notícias foi a construção de uma “identidade” das mudanças climáticas. Segundo Hannigan (1995), uma maneira eficiente de atrair a atenção do público é a dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais. As catástrofes ambientais possuem um alto grau de dramaticidade, pois envolvem danos ou perdas de vidas ou a possibilidade disso acontecer. A busca por audiência também faz com que o telejornal recorra a temas dramáticos, como o sofrimento humano. Além disso, o Jornal Nacional possui a característica de “falar mais ao coração” do que à mente.

Na análise dos textos, vimos que as mudanças climáticas são apresentadas como uma “ameaça” ao planeta, que suas conseqüências podem ser “devastadoras”. Há um sentido de urgência no seu combate. Em relação às imagens, elas representam o aumento da temperatura, as causas das mudanças climáticas, fenômenos da natureza (tempestades, tornados, seca) e os impactos desses fenômenos.

As imagens que buscam representar o calor são imagens do sol e em muitas há a composição do sol com fumaça, que representa a poluição. Grafismos com termômetro e temperatura ajudam a reforçar a idéia de aquecimento.



Figura 2 – Imagens que representam calor, retiradas das notícias 01 e 05

Na notícia 07, para remeter à idéia de calor, utilizam-se imagens de crianças brincando na água. E mais uma vez, o recurso de animação gráfica, indicando o aumento da temperatura.



Figura 3 – Crianças brincando na água. Imagens retiradas da notícia 07

O aumento da temperatura também é representado pelo derretimento do gelo, que se refere a outro efeito das mudanças climáticas: o aumento do nível do mar. Na notícia 07 (que cita entre as previsões esse efeito, que é de difícil visualização por ser um processo lento), é utilizada em conjunto com a imagem de gelo derretendo, uma animação gráfica mostra a elevação do nível do mar.



Figura 4 – Derretimento do gelo. Imagens retiradas das notícias 07 e 14

As imagens de fumaça saindo de chaminés de indústrias são bastante recorrentes nas notícias. Elas representam uma das principais causas das mudanças climáticas (queima de combustível fóssil e carvão), mas elas não aparecem apenas quando o texto se relaciona às causas. A imagem de fumaça é usada para representar também as mudanças climáticas.



Figura 5- Imagens de fumaça, retiradas das notícias 01 e 10

As imagens de eventos climáticos extremos são as mais presentes nas notícias. São imagens que já apareciam com frequência no noticiário, portanto são familiares ao telespectador, e que agora são ressignificadas no contexto das mudanças climáticas. Segundo Hannigan (1995), a familiaridade é uma característica para que um problema atraia a atenção da audiência e assim passe a fazer parte do imaginário social.



Figura 6 – Imagens de eventos climáticos extremos, retiradas da notícia 07

Chuvas intensas, inundações, secas já fazem parte do imaginário social como acontecimentos que causam perdas materiais e de vidas. Os problemas causados pelas chuvas de verão, por exemplo, têm presença constante nos meios de comunicação brasileiros. A primeira grande cobertura jornalística da Globo foi uma enchente no Rio de Janeiro em 1966. Com a transmissão ao vivo dos acontecimentos e uma campanha de arrecadação para ajudar os desabrigados, a Globo conquistou a audiência no Rio, que até então era baixa. E esse tema continua a ser explorado de maneira sensacionalista até hoje, mostrando a destruição de casas, o drama dos desabrigados, a procura de desaparecidos, o número de mortos. Mas, anos após ano, o problema persiste e os textos das notícias são praticamente os mesmos. Pois a resolução dos problemas depende de mudanças profundas na sociedade, que vão do planejamento urbano à superação das desigualdades sociais, passando pela concepção que temos sobre como interagir com o ambiente. E agora, no contexto das mudanças climáticas, problemas tão complexos passam a ter um novo significado (é um significado a mais, não estamos dizendo que agora

passam a ser somente relacionados às mudanças climáticas) que os simplifica: sua resolução passa a ser basicamente a redução da emissão de gases de efeito estufa. Outros problemas também passam a ser tratados sob essa perspectiva, como a seca no nordeste e problemas que atingem a população africana (pobreza, seca, doenças). E suas imagens que também fazem parte do imaginário social.



Figura 7 - Imagens da seca, retiradas das notícias 02 e 05

As imagens da notícia 05 possuem forte apelo dramático, mostrando crianças, casas destruídas, multidões (reforçando a idéia de que as mudanças climáticas atingem a população de forma massiva). É a notícia que mais usa grafismos: todos os dados sobre números de mortes e de vítimas são mostrados de forma textual na imagem, dando destaque para essas informações.



Figura 8 – O sofrimento da população africana. Imagens retiradas da notícia 05

De acordo com Hannigan (1995), experiências concretas são importantes para que um problema ambiental se torne compreensível, como o verão anormalmente quente de 1988 nos Estados Unidos que “validou” a tese do aquecimento global no país. A linguagem visual também é um fator importante para tornar o problema compreensível e atrair a atenção da população. Assim, apela-se para imagens chocantes e de impacto que passam a simbolizar o problema. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que o uso de imagens conhecidas contribui para a familiarização do telespectador com o problema. No entanto, por ser uma questão bastante ampla, podemos dizer que não há uma imagem-símbolo das mudanças climáticas. Mas, sim, um conjunto de imagens, que buscam representar as diversas faces desse fenômeno. E dentre essas imagens, há a presença constante de imagens de impacto, de apelo dramático, que contribuem para construir a concepção de que as mudanças climáticas representam uma ameaça à vida humana.

Em relação a essa questão, podemos dizer que ocorre a construção de um discurso baseado no medo. Segundo Aguiar (2007), os discursos jornalísticos sobre as questões ambientais “são inflados por um dever moral centrado no medo em relação às catástrofes globais e aos desequilíbrios planetários”. Esse tipo de discurso impulsionaria a ação da sociedade “por uma pedagogia política centrada no medo coletivo” (AGUIAR, 2007). O medo coletivo é uma característica presente em todas as sociedades, desde as mais “primitivas” até a sociedade contemporânea (DELUMEAU, 1999). O medo é uma defesa essencial do ser humano contra perigos que põem sua vida em risco. E para um ser que tem consciência de sua mortalidade, o medo está relacionado à necessidade de segurança: a insegurança representa uma ameaça à vida. O medo coletivo é o hábito que uma sociedade tem de temer determinadas ameaças, sejam elas reais ou imaginárias.

Delumeau (1999) estabelece uma diferença entre medo – sentimento de temor, espanto, pavor – e angústia – que é a inquietação, a ansiedade, a melancolia. O medo refere-se ao conhecido, tem um objeto determinado ao qual é possível fazer frente. A angústia refere-se ao desconhecido, ela é “vvida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” (DELUMEAU, 1999, p. 25). Na sociedade contemporânea, a angústia tornou-se a contrapartida da emancipação, “pois libertar-se é abandonar a segurança, enfrentar o risco” (DELUMEAU, 1999, p. 26). Assim, enfrentamos a angústia definindo, identificando e até fabricando medos particulares. E “na modernidade econômica, onde tudo é incerto, e o interesse está constantemente em jogo, o medo é contínuo” (DELUMEAU, 1999, p. 21).

Para Bauman (2008), no mundo globalizado, tornou-se comum discutir as relações entre causas e conseqüências em termos de risco. A idéia de risco pressupõe uma regularidade dos eventos, pois só dessa maneira poderia ser previsto e calculado: “o conceito de risco só faz sentido num mundo rotinizado e repetitivo” (BAUMAN, 2008, p. 130). Mas na sociedade capitalista e globalizada, os efeitos de nossos atos se propagam além de nossa capacidade de controle e previsão. E a vulnerabilidade da sociedade vem principalmente dos efeitos não calculados e previstos. É uma sociedade de incertezas, ou nos termos de Delumeau, de angústias, de insegurança.

A um nível mais profundo, essa sensação de insegurança tem suas raízes na crescente assimetria entre a capacidade de agir e a capacidade de prever. A ciência e a tecnologia aumentaram a nossa capacidade de acção sem precedentes, e, com isso, fizeram expandir

a dimensão espaço-temporal dos nossos actos. Enquanto antigamente os actos sociais partilhavam a mesma dimensão espaço-temporal das suas conseqüências, hoje em dia as intervenções tecnológicas podem prolongar as conseqüências, no tempo e no espaço, muito além para a dimensão do próprio acto através de nexos de causalidade cada vez mais complexos e opacos (SANTOS, 2002, p. 55).

As mudanças climáticas são um problema símbolo da sociedade contemporânea. Por um lado a ciência busca entender, prever, controlar a natureza. Por outro, a própria ciência permite que a intervenção do ser humano na natureza, de forma direta ou indireta, seja cada vez maior. A intervenção, que escapa à capacidade de controle, gera a crise ambiental, da qual as mudanças climáticas fazem parte. Mas a limitação da ciência na compreensão dos eventos naturais faz com que não seja possível saber com certeza até que ponto a ação humana é responsável por essas mudanças – o relatório do IPCC afirma ser “muito provável” que a origem seja antropogênica, enquanto outros cientistas dizem que o aquecimento global é um ciclo natural do planeta, ou ainda, que ele nem existe. As incertezas fazem com que no âmbito político e econômico o combate às mudanças climáticas seja debatido em termos de medidas de prevenção ou precaução (VEIGA, 2008).

O medo da natureza sempre esteve presente na sociedade. No mundo do pensamento encantado, ele foi enfrentado através de rituais, mitos e religiões (DELUMEAU, 1999). A partir da ciência moderna, a natureza foi desencantada, tornando-se um objeto de estudo, passível de entendimento e controle, inerte e desprovida de propósito (BAUMAN, 2008). A natureza desencantada não se tornou menos ameaçadora, mas a técnica e a ciência poderiam exilar os desastres naturais do mundo humano: “através da razão, todas as ameaças se tornariam previsíveis e controláveis” (BAUMAN, 2008, p. 113).

No entanto, não foi isso que aconteceu. A diferença entre a capacidade de ação e a capacidade de previsão da ciência resultou não na erradicação dos riscos, mas na criação de novos (SANTOS, 2002). E a sociedade se encontra novamente insegura quanto ao que pode e deve ser feito, por quem e como (BAUMAN, 2008).

Esse problema pode ser visto como um excesso da capacidade de ação ou um déficit da capacidade de previsão (SANTOS, 2002). Para os críticos ambientalistas, é um excesso da capacidade de ação, conseqüência de um pensamento científico que se separou da ética. Para os agentes autorizados a apontar as soluções para as mudanças climáticas (a ciência e o poder econômico e político), é um déficit de previsão. E esta última é a visão reproduzida pelas notícias

aqui analisadas. Reproduz o modelo de desenvolvimento econômico e científico que em grande parte “consiste em reparar danos diretos ou ‘colaterais’ provocados pelos esforços, atuais e passados” para acelerar o desenvolvimento (BAUMAN, 2008, p. 101).

O “discurso do medo”, baseado na ameaça de catástrofes naturais, suscita na sociedade a preocupação sobre o problema. Mas ao mesmo tempo a solução é apresentada: mais tecnologia e mais mecanismos de mercado, legitimando a continuidade do mesmo modelo de desenvolvimento que causa a crise ambiental. E “não há como saber qual será finalmente a gota d’água”, qual a medida de combate às crises contemporâneas que tornará a sociedade “irremediavelmente inadministrável” (BAUMAN, 2008, p. 101).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso, para a ACD, está presente em todas as dimensões da vida social, contribuindo para a constituição das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crenças. O discurso é uma prática de representação e significação do mundo. Ele apresenta uma relação dialética com a estrutura social e com os eventos concretos: reproduz as relações de dominação, as normas e os valores da estrutura social que organizam a sociedade determinando, dessa maneira, os acontecimentos concretos. Mas o caminho inverso também é possível (por ser uma relação dialética): mudanças nos eventos podem provocar mudanças nos discursos, o que pode levar a uma modificação na estrutura social.

O discurso possui diversas orientações e uma delas é a orientação ideológica: o discurso como meio de reproduzir e naturalizar ideologias. As ideologias são construções e representações de mundo que contribuem para a reprodução e a transformação das relações de dominação. A ideologia é sempre hegemônica, pois mantém relações de dominação que privilegiam indivíduos e grupos dominantes.

Para serem eficazes, as ideologias devem ser naturalizadas a ponto de se tornarem senso comum. No entanto, essa condição não é estável, havendo dentro da prática discursiva uma luta ideológica, com capacidade de reestruturação e transformação das relações de dominação. A manutenção do poder dependerá da capacidade do grupo dominante de produzir discursos que o sustentem, ou seja, naturalizar ideologias específicas que legitimem relações de dominação e práticas sociais relacionadas a posição de poder desse grupo. E sendo um equilíbrio instável, resultado de uma determinada configuração dos elementos sociais, o poder é foco de disputa, a chamada luta hegemônica. A dominação de um grupo sobre os demais é uma posição de hegemonia, onde o poder é mantido mais através do consenso do que do uso da força.

É nesse sentido que trabalhamos aqui com as idéias de progresso, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: ideologias que representam e significam o mundo de uma determinada maneira a fim de manter relações de dominação que permitem a continuidade da acumulação do capital. A crise ambiental propiciou o surgimento de movimentos sociais e críticas que contestam o atual modelo de desenvolvimento econômico de diversas maneiras, gerando demandas em alguns setores da sociedade por mudanças nesse modelo. A ciência

também teve um papel importante, pois é a maior autoridade para apontar os problemas e as possíveis conseqüências da degradação ambiental. Os problemas ambientais foram, então, incorporados ao debate político e econômico (debate conduzido por grupos dominantes), tanto por pressões sociais como pela constatação de que a crise ambiental ameaça o crescimento econômico, pois causa a destruição de recursos naturais necessários à produção econômica.

A incorporação da questão ambiental à política e à economia resultou na eliminação das contradições que existem entre equilíbrio ambiental e capitalismo, ocultando também as questões sociais – relações de dominação e exploração – que perpassam o debate da crise ambiental. E não só as contradições são eliminadas, como o ambiente acaba representado um novo nicho de mercado e um novo instrumento de pressão política (na medida em que, por exemplo, países desenvolvidos pressionam aqueles que ainda possuem grandes reservas naturais a conservá-las). O potencial trazido pela crise ambiental para a realização de um debate ético sobre como nossa sociedade se organiza, sobre as relações sociais e a nossa relação com a natureza é enfraquecido com a transformação do combate aos problemas ambientais numa questão de desenvolvimento tecnológico e de mecanismos de mercado. E a crise pode mesmo se agravar, pois ela é resultado da intervenção humana na natureza através da evolução da ciência, da tecnologia e da produção econômica desvinculadas da ética.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem a função de legitimar o desenvolvimento econômico perante a crise ambiental, afirmando que esse pode internalizar as condições de sustentabilidade ecológica e social. O debate sobre as mudanças climáticas é moldado por essa ideologia e reproduz esse discurso. O principal fórum de legitimação dos problemas ambientais são os meios de comunicação de massa, que – sendo parte e parcela do desenvolvimento das sociedades capitalistas, e, portanto, identificados com seus valores – reproduzem o discurso do desenvolvimento sustentável.

As notícias sobre as mudanças climáticas legitimam a ciência como a autoridade responsável em apontar os problemas e as soluções. Os agentes políticos e econômicos são legitimados como os agentes capazes de colocar as soluções em prática. Por um lado, a sociedade é impelida a combater as mudanças climáticas, através de um discurso baseado no medo. E por outro, a solução do problema é apresentada: desenvolvimento tecnológico, consumo de produtos ecologicamente corretos, redução de emissão de gases de efeito estufa e envio de “mensagens” àqueles que podem tomar as medidas apontadas pela ciência. Diante da crise ambiental, as

notícias nos dizem que podemos continuar com o mesmo modo de vida, com algumas pequenas alterações. As notícias sobre as mudanças climáticas refletem os valores e normas do capitalismo e assim, contribuem para a legitimação e continuidade desse modelo de desenvolvimento.

Além de manter a resolução do problema dentro dos limites do capitalismo, o discurso das notícias contribui para naturalizar relações de dominação e exploração que resultam na situação de maior vulnerabilidade de populações pobres diante das mudanças no clima. Nas notícias analisadas, questões como a seca no nordeste brasileiro e as doenças que atingem populações africanas são retratadas como se fossem consequência das mudanças climáticas, ocultando toda uma história de relações econômicas e sociais que resultaram em sua condição de pobreza. Dessa maneira a solução desses problemas seriam, simplesmente, as medidas apresentadas para o combate às mudanças climáticas.

O estabelecimento do discurso do desenvolvimento sustentável caminha na contramão das possibilidades trazidas pela crítica ambiental, funcionando como uma “cortina de fumaça” que encobre as verdadeiras causas da crise. Questões inerentes à sociedade capitalista – como a injustiça social, a ciência e o mercado que se desenvolvem desvinculados da ética, a desvalorização das esferas subjetivas da vida – são ocultadas no debate ambiental legitimado pelos grupos políticos e econômicos dominantes e pelos meios de comunicação de massa. Mas talvez a crise ambiental torne possível a transformação da sociedade. A ciência moderna ainda não foi capaz de compreender (em sua totalidade) e controlar a natureza, que pode ter se tornado ainda mais incontrolável através da intervenção propiciada por essa mesma ciência. O capitalismo, produto humano, também se mostra cada vez mais incontrolável, infiltrando-se em todas as esferas da vida, e suas crises geram um estado de insegurança permanente. E entre essas duas forças, estamos nós. E a questão que se coloca é sobre como agiremos diante das crises que tendem a se intensificar pelo embate dessas duas forças. Por enquanto, a racionalidade econômica prevalece. Mas, quem sabe, na natureza, o capital tenha encontrado um oponente a sua altura.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L.A. Discurso jornalístico e a crise ambiental na sociedade de risco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008. Natal. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0370-3.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 239 p.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 465 p.

BOLAÑO, C.R.S. Economia e televisão: uma teoria necessária. In: _____. (Org). **Economia política das telecomunicações, da informação e da comunicação**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 9-33.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 186 p.

BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. 182 p.

_____. **Televisão objeto: a crítica e suas questões de método**. 2002. 299 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 481 p.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. 176 p.

DANIEL, M.G. **Dilemas da construção do espaço público e seus vínculos com os fluxos comunicativos primários: a experiência da rádio comunitária no Bairro Restinga**. 2008. 126 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 471 p.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach**. Albany: State University New York Press, 1992. 274 p.

FAIRCLOUGH, N. **Media discourse**. London;New York: Edward Arnold, 1995. 214 p.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 316 p.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003. 270 p.

FERNANDES, A.G. **Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direito concorrencial e regulação**. 2009. 455 p. Tese (Doutorado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus Editora, 2001. 56 p.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984. 397 p.

HANNIGAN, J.A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 269 p.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Summary for policymakers. In: _____. **Climate change 2007: impacts, adaptation and vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007a. p. 7-22.

_____. Summary for policymakers. In: _____. **Climate change 2007: mitigation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007b. p. 1-23.

_____. Summary for policymakers. In: _____. **Climate change 2007: the physical science basis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007c. p. 1-18.

LE GOFF, J. Progresso/reacção. In: _____. v. 1: **Memória-história**, Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 338-369.

LEAL FILHO, L. A TV pública. In: BUCCI, E. (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 153-165.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 493 p.

_____. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LEONÍDIO, A. **Raízes da violência rural no Brasil: Pontal do Paranapanema, 1990-2008**. 2010. 224 p. Tese (Livre-Docência) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

LIMA, V.A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 366 p.

LOPES, V.O.N. A lei da selva. In: BUCCI, E. (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 167-182.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instinto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. 68 p.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 407 p.

OLIVEIRA, S.M.B. Base científica para a compreensão do aquecimento global. In: VEIGA, J. E. (Org). **Aquecimento global: frias contendas científicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. p. 17-54.

PEREIRA, W.A.A; PEREIRA, W.F.; GONÇALVES, R.C.; GUETTI, V.M.; VELIHOVETCHI, N. **Projeto conceitual para a construção de acesso da Ponte Rio - Niterói para a Linha Vermelha**. 2010. Disponível em: <<http://www.sinergiaestudos.com.br/ideias.asp>>. Acesso em: 15 maio 2011.

PIERANTI, O.P.; MARTINS, P.E.M. A radiodifusão como negócio: um olhar sobre a gestação do código brasileiro de telecomunicações. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. www.eptic.com.br, vol. IX, n. 1, abr. 2007. Disponível em: <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.%201,2007/11OctavioPieranti_PauloMartins.pdf>. Acesso em: 23 mar 2010.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. 157 p.

REZENDE, G.J. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000. 288 p.

RIBEIRO, G.L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 23-31, 1992.

ROUANET, S.P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 349 p.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2002. 415 p.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006. 348 p.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, C.R.S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. cap. 4, p. 77-101.

SCORSIM, E.M. **Estatuto dos serviços de televisão por radiodifusão**. 2007. 343 p. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, F.C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. **Sociologia: Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 35, p. 117-138, abr. 2001.

SIMÕES, C.F.; MATTOS, F. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, C.R.S. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. cap. 2, p. 35-55.

TAVALORO, S.B.F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociedade, risco e moral**. São Paulo: Annablume;Fapesp, 2001. 226 p.

VEIGA, J.E. Introdução. In: _____. (Org). **Aquecimento global: frias contendidas científicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. p. 9-16.

VEIGA, J.E.; VALE, P.M. Economia e política do aquecimento global. In: VEIGA, J.E. (Org). **Aquecimento global: frias contendidas científicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. p. 83-110.

WEART, S. **International cooperation**. 2007a. Disponível em: <<http://www.aip.org/history/climate/pdf/Internat.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

_____. **Introduction: a hyperlinked history of climate change science**. 2007b. Disponível em <<http://www.aip.org/history/climate/pdf/SUMMARY.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.